



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 70

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 17 de Março de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.15 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia.

Feita a leitura do expediente e correspondência entrados na Mesa, passou-se às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, onde intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), Augusto Elavai (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), João Greves (*PP*), Fernanda Mendes (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*); Francisco Sousa (*PS*), João Cunha (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Joaquim Ponte (*PSD*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

Período da Ordem do Dia

Comunicação do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente sobre Política Agrícola Comum.

Depois do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente ter usado da palavra, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e António Almeida (*PSD*).

(Os trabalhos terminaram às 20.05 horas).

Presidente: Bom tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para darmos início à chamada.

(Eram 15.15 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio** **Valadão** Ventura

José do **Nascimento** **Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart Serpa

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**

José Ramos **Aguiar**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria **Bairos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à leitura da nossa correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional Nuno Almeida e Sousa, um ofício com seguinte teor:

"Dando cumprimento ao artigo 28.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, comunico que passarei a integrar, a partir desta data, o Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Com os melhores cumprimentos

O Deputado Regional: Nuno Barata de Almeida e Sousa"

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, um requerimento que diz o seguinte:

"Considerando que é bem conhecida a importância dos incentivos aos investimentos para a melhoria das explorações agrícolas, num permanente esforço para diminuir o atraso estrutural da Região Açores, quando comparada com as suas congéneres da União Europeia;

Considerando as recentes afirmações do Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, proferidas na RTP-Açores, no início deste mês de Março, após a última reunião da Sub-unidade de Gestão Regional do FEOGA, nomeadamente sobre a não aprovação de mais projectos de investimento para a agricultura até ao final do Quadro Comunitário de Apoio e sobre a alteração dos critérios para a aprovação de projectos após a aprovação da Agenda 2000;

Considerando o elevado número de projectos apresentados pelos agricultores, no âmbito do PEDRAA II, que aguardam decisão, alguns destes há mais de dois anos;

Considerando que durante o mês de Fevereiro decorreu o primeiro período de candidaturas para todas as medidas do PEDRAA;

Considerando também que muitos projectos de 1.^a Instalação de Jovens Agricultores estão associados a candidaturas da Cessação da Actividade Agrícola e a sua não aprovação implica a não transmissão da exploração e por consequência a impossibilidade dos agricultores mais idosos beneficiarem da Reforma Antecipada, mesmo que já aprovada;

Considerando ainda que muitos dos agricultores com projectos apresentados e a aguardar aprovação, já iniciaram os investimentos após a acusação da recepção pelas entidades oficiais, nomeadamente Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e IFADAP;

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro que o Governo Regional me informe, com urgência sobre o seguinte:

1. Qual o número exacto de projectos, por medidas específicas, apresentados na Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e IFADAP, candidatos no âmbito do PEDRAA a incentivos ao investimento para a agricultura, que ainda não foram aprovados pela Sub-unidade de Gestão Regional do FEOGA e bem assim o total de investimento proposto e o total de subsídio correspondente;

2. Como justifica o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a abertura do período de candidaturas de Fevereiro de 1999, a todas as linhas de incentivos aos investimentos, quando antecipadamente sabia da impossibilidade da sua aprovação, comunicada de resto exactamente no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao termo do antes referido período, ludibriando deste modo os agricultores que elaboraram e apresentaram os seus projectos;

3. Que destino será dado ao grande volume de projectos em análise;

4. Se o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente irá levar todos esses projectos à Sub-unidade de Gestão Regional do FEOGA, com o fim de os reprovar, invocando porventura para tal a falta de enquadramento financeiro prevista na legislação em vigor;

5. Se quando o Senhor Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente afirma que os novos projectos a apresentar, após a aprovação da Agenda 2000, obedecerão a novos critérios, quer significar que todos os projectos actualmente em análise terão de ser reformulados, o que significaria a sua apresentação, na melhor das hipóteses, apenas para finais do ano 2000, ou mesmo 2001;

6. Se os projectos forem reformulados, como resolver o caso dos agricultores que já iniciaram os seus investimentos, mas ainda aguardam a aprovação dos seus projectos;

7. Como justifica o Governo Regional a não aprovação dos projectos apresentados pelos agricultores no âmbito da Portaria n.º 74/98, relativa ao apoio à ressementeira das pastagens prejudicados pela seca do Verão de 1998.

O Deputado Regional, Alvarino Manuel Meneses de Pinheiro"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um Voto de Confiança.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento n.º 276/VI, apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sobre a demolição do Observatório Meteorológico na Ilha das Flores que diz o seguinte:

"1. A demolição do Observatório Meteorológico da Ilha das Flores, bem como a redução de cota do morro onde esteve implantado o edifício, foi sequência de um parecer dos Pilotos da SATA, que consideraram um obstáculo perigoso à navegação aérea, documento que remonta a 1993;

2. Tal demolição foi alvo da Portaria de 93/05/12, publicada no Diário da República n.º 128, de 93/06/02, da Direcção Geral do Património do Estado;

3. Era intenção da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos reconstruir o referido Observatório no mesmo local, com base na extensa correspondência trocada com aquela Direcção Geral bem como o Instituto de Meteorologia;

4. Esta última Entidade, no ofício datado de 99/02/01, solicita que se indique a forma julgada apropriada para, nos termos da Portaria atrás referida, ser reconstruído o novo Observatório, assunto este que mereceu da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos pedido de esclarecimentos;

5. Os custos dos trabalhos em curso estão a ser suportados pela rubrica do Aeroporto de Santa Cruz das Flores, da Secretaria Regional de Economia, Direcção Regional de Transportes e Comunicações.

Com a consideração devida.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento do Sr. Deputado Francisco Xavier Rodrigues cujo assunto é "Projecto Geotérmico de São Miguel" do seguinte teor:

"Em resposta ao requerimento n.º 20, cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Francisco Xavier Araújo Rodrigues, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me enviar a V. Exa. o parecer da Direcção Regional do Ambiente, bem como os esclarecimentos prestados pelo SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores S.A.

Com a consideração devida,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*

(O parecer e os esclarecimentos encontram-se arquivados no respectivos processo)

Secretária (*Natividade Luz*): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento n.º 275/VI, apresentado pelo Sr. Deputado João Maria Greves sobre o arranque da estrada de leste do Corvo, que diz o seguinte:

"1. As intervenções referidas no requerimento referem-se a trabalhos adjudicados aquando das Calamidades de Novembro de 1996, pois a Estrada de Leste não tinha qualquer valeta construída àquela data;

2. À data do requerimento já havia uma empresa a executar trabalhos, adjudicados a 9 de Novembro, nomeadamente a Consolidação do Aqueduto da Ribeira da Lapa (Estrada do Caldeirão), a melhoria do sistema de drenagem à saída da Vila (zona do Portal - Estrada do Caldeirão) e esperava-se a chegada de material e equipamento,

para se executar trabalhos no Aqueduto da Ribeira da Ponte e no Aqueduto do Poço da Água (Estrada de Leste), obras estas orçadas em cerca de 80 mil contos;

3. Igualmente nessa data já havia na Ilha do Corvo, moldes metálicos de aquedutos para serem montados em outras linhas de água, bem como uma viatura para permitir fiscalizar os trabalhos em curso e os a executar;

4. Em anexo, envia-se 2 listagens de trabalhos definidos na recente visita feita àquela Ilha, dias 8, 9 e 10 de Fevereiro, visita essa do conhecimento do requerente, e cuja adjudicação está em fase de negociação de preços, face à legislação aplicável;

5. No dia 9 de Fevereiro, foram desembarcados, na Ilha do Corvo, uma máquina retroescavadora de lagartas e um camião de 7 toneladas para execução dos trabalhos necessários e dos descritos nas listagens citadas em 4;

6. Não está prevista a pavimentação da Estrada Leste, mas apenas a melhoria dos seus sistemas de drenagem, uma vez que a mesma terá de ser corrigida no seu traçado e a elaboração do respectivo projecto é incompatível com a necessidade urgente de se proceder às reparações consequentes do temporal de 3 de Novembro.

Com a consideração devida.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento do Sr. Deputado Aires Reis cujo assunto é "Serviços Centrais da EDA na Ilha de São Jorge e diz:

"1. O prazo referido, que procuramos, sempre que possível, respeitar, é o da recepção do requerimento e não o da remessa do Senhor Deputado;

2. A resposta foi já remetida à Assembleia Legislativa Regional, a coberto do nosso ofício n.º 002129.

Com a consideração devida,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência: *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

Secretária (*Natividade Luz*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos órgãos de Governo próprio envio do "Projecto de Decreto-Lei que altera as taxas dos

elementos específicos e "ad valorem" e a taxa reduzida do elemento específico do imposto de consumo relativo aos cigarros".

Baixou à Comissão de Economia para parecer.

Presidente: Concluída a leitura e apresentação do expediente, queria informar a Câmara que temos presente, na nossa Sessão Plenária, um grupo de estudantes da Escola Secundária Antero de Quental a quem saúdo em nome da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Aplausos da Câmara)

Vamos dar início às nossas intervenções, que constam no Período de Antes da Ordem do Dia, para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo — ausentes:

Pior que gerir mal uma empresa é fazê-lo desta forma por responsabilidades externas de falta de informação regular actualizada e pela criação de expectativas não sustentadas.

No caso do sector agrícola não é apenas o factor funcionamento do mercado que influi no sucesso empresarial dos agricultores e no seu contributo para o progresso económico e social.

O enquadramento que a Agricultura tem, pela sua importância social, de ocupação do espaço rural mas também pelo seu interesse na produção de bens alimentares de qualidade a preços compatíveis com o poder de compra dos consumidores, faz com que seja factor determinante o pacote de apoios quer à perca de rendimento, quer destinados ao investimento público e privado, oriundos da União Europeia.

Sobre isto nada de novo se destina exclusivamente aos Açores, visto que todos os Estados Membros, inclusive os mais ricos, usufruem dos mesmos mecanismos de apoio.

Assistimos recentemente, nas negociações da Reforma da PAC, a posições extremadas dos vários Estados Membros, e até a reservas globais da França e de Portugal no acordo político do Compromisso Final da Presidência Alemã.

O Partido Social Democrata defendeu sempre, nesta Assembleia, a necessidade de, em matérias de tal importância, como é o caso da Reforma da PAC e revisão do POSEIMA, que a Região devia adoptar uma posição comum que salvaguardasse a possibilidade do aparecimento de iniciativas comunitárias que atendessem à nossa especificidade e ultraperiferia.

Na generalidade, os resultados até agora evidentes quanto à negociação da Reforma da PAC, resumem-se, para os Açores, nas seguintes preocupações:

Sector do Leite e Produtos Lácteos

A redução de 15% nos preços de intervenção terá consequências no mercado europeu dos produtos acabados.

A par dessa redução, a criação de um conjunto de ajudas dirigidas aos agricultores, ao ficar-se pelos 80% da eventual quebra de preços, poderá contribuir para mais um desastre na diminuição do rendimento dos produtores.

Neste quadro negocial, não tendo sido assumida nenhuma prerrogativa para os Açores, a competitividade deste sector, face aos parceiros europeus, vai ser novamente abalada.

Estranhamos que os Açores não tenham aproveitado o período que mediou a apresentação da Agenda 2000, das propostas legislativas da Comissão Europeia e as negociações em curso, para se afirmarem na defesa de um tratamento diferenciado para o sector de leite e lacticínios açorianos.

Ficamos, até ao momento, claramente discriminados pela Europa. Foi uma derrota para a Região.

No que respeita às quotas leiteiras, as necessidades regionais são demais conhecidas.

Não faz sentido que uma região com uma economia sustentada no sector de lacticínios, veja coarctada a possibilidade de crescimento da sua produção global, resultante de um processo de modernização, diga-se, com apoios da União Europeia, de significativos ganhos de produtividade e da justa ocupação do espaço rural.

Da mesma forma, apesar do apelidado relacionamento excelente com o Governo da República e com a existência de uma reserva nacional, que não vem servindo as necessidades da Região, não assistimos nestas negociações europeias a uma defesa do Ministro da Agricultura na formulação de um aumento da quota leiteira destinada aos Açores.

As informações que têm sido veiculadas quanto à não aprovação de projectos de investimento, por causa da falta de quota leiteira disponível, justificariam, só por si, uma posição diferente que desse garantias de crescimento ao sector.

O esforço na criação de um novo parque industrial de lacticínios, na Região, bem pode vir a estar condicionado por este facto.

Sector da Carne de Bovino

Com a redução de 20% dos preços, cria-se obviamente uma expectativa negativa no sector que, não sendo tão importante como o sector do leite, constitui um sector com potencial de crescimento face aos investimentos efectuados nos Açores, com destaque para algumas das nossas ilhas.

Com a previsão de ajudas que não compensam a redução de preços, perdem os agricultores europeus e perdem os agricultores açorianos.

Não vale, por isso, a pena reivindicar vitórias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o princípio da ultraperiferia reconhecido no Tratado da União, os Açores deixam passar momentos determinantes de defesa e sensibilização dos responsáveis europeus para a nossa especificidade agrícola.

Se o embate resultante do mercado mundial preocupa as principais potências europeias, temos razões de sobra para ver aceites medidas diferenciadas para os Açores.

Desenvolvimento Rural

Nas recentes negociações do Conselho de Ministros da Agricultura, ficou de fora a apreciação de um dos dossiers mais importantes, remetido para apreciação posterior e cuja negociação, a ser consumada, será condicionadora do investimento público e privado na Agricultura açoriana.

Trata-se da proposta de regulamento dirigida ao Desenvolvimento Rural que visa o financiamento dos investimentos nas explorações agrícolas, instalação de jovens agricultores, formação, reforma antecipada, apoio às zonas desfavorecidas, medidas agro-ambientais, melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas, silvicultura e promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

O referido documento, com preocupações no papel multifuncional da Agricultura, orienta-se no sentido de uma abordagem integrada do desenvolvimento no espaço rural.

Sobre esta matéria não posso deixar de lembrar a posição do Governo Regional e do Secretário Regional de Agricultura sobre os níveis de financiamento da Medida de Agricultura do PEDRAA II.

Em 1997 apontava, este Governo, para um reforço de 20 milhões de contos da Medida Agricultura, a quase duplicação dos fundos.

Este objectivo fixado tinha em conta as expectativas de investimento, o eficiente aproveitamento e a capacidade de execução do programa, muito superior ao que acontecia a nível nacional e comunitário.

Este desempenho mereceu, por várias vezes, das instâncias comunitárias, francos elogios.

Com estes pressupostos, como é possível ouvir o Secretário da Agricultura, em jeito de balanço das negociações que ainda não terminaram, afirmar que, a manterem-se os mesmos fundos comunitários do QCA II havia razões de satisfação da Região.

Quem defendeu a duplicação dos fundos comunitários como pode agora dizer que a manterem-se... tudo bem.

O Secretário da Agricultura apresenta a derrota dos Açores ainda antes das negociações da reforma da PAC terminarem, colocando em causa a modernização do sector.

Como é possível que quem elevou tanto a fasquia se fique agora pela manutenção dos financiamentos.

Preocupa-nos de sobremaneira as declarações efectuadas no sentido de serem suspensos os investimentos agrícolas nos Açores até serem conhecidos os resultados da reforma da Política Agrícola Comum.

Aconselhamos aqui o Secretário da Agricultura, como já o fizemos, a assumir as recomendações da Comissão Europeia sobre estas matérias, quanto aos princípios da subsidiariedade e parceria. Cito:

“O êxito das medidas de desenvolvimento rural regional depende do envolvimento da própria comunidade rural. O processo de programação esboçado para o futuro exigirá amplas consultas aos níveis regional e local, implicando os parceiros na concepção, execução e acompanhamento dos programas de desenvolvimento rural.”

Nunca aqui dissemos que o sucesso ou insucesso da Reforma da PAC dependeria do desempenho dos Açores.

Tem sido o Governo Regional a procurar fazer crer, junto da opinião pública, que a sua presença nas reuniões negociais resultaria a favor da Região.

Tão só por isso é legítimo, para qualquer um de nós, saber que posições foram assumidas a favor dos Açores, nas referidas reuniões bem como da aceitação das mesmas.

Sabendo, como sabemos, da importância desta matéria para o futuro da Agricultura, apontamos desde o início de 1997 para a necessidade de um tratamento diferente, sempre subestimado pelo actual Governo.

No caso da Agenda 2000 temos o direito de discordar da forma como o assunto tem sido abordado e cá estaremos para o confirmar já que, quanto ao conteúdo, ninguém contesta a posição dos Açores porque ninguém a conhece.

Preferiram não fixar objectivos nem medidas, para não correrem o risco da não aceitação das propostas.

Estando o Governo, como diz, envolvido num processo negocial em que o segredo parece ser a “alma do negócio” tem ficado esta Assembleia alheia ao tratamento destas questões.

Corremos o risco da Região ficar com o segredo e Bruxelas com o negócio.

O futuro da Agricultura não pode ficar nas mãos de espíritos egoístas, que procuram alhear os Açores de participarem nas decisões que só à Região dizem respeito.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regional:

Uma intervenção muito rápida apenas para dizer que algumas das questões que o Sr. Deputado António Almeida levantou naquela tribuna, merecem um debate aprofundado, designadamente no que se refere a dotações da medida Agricultura - nós podemos ter opiniões bastante divergentes -, quotas leiteiras, abaixamento dos preços de intervenção do leite e da carne que, de acordo com aquilo que o Sr. Deputado disse e de acordo com aquilo que tem vindo a ser falado e vindo a público, serão compensados com o aumento dos prémios ao rendimento.

Todas estas matérias, segundo creio, serão abordadas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente de acordo com o ponto n.º 1 da Ordem do Dia dos nossos trabalhos.

Como tal, reservar-me-ei para o debate que surgir nessa altura.

Presidente: Retomando as intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É já conhecida a taxa de execução do plano de 1998, bem como o valor global de Investimentos desse mesmo Plano.

São 38 milhões de contos.

A taxa de execução, de 91,02% é a maior taxa de execução desde 1986, e demonstra, mais uma vez, a capacidade de execução deste Governo na realização do seu programa.

Durante o ano que passou e quando foi conhecido o relatório de execução do 1º semestre e mais tarde o do 3º trimestre, a oposição não se cansou de proclamar aos quatro ventos que vinham aí más notícias, que a execução do Plano de Investimentos era deficiente e prognosticava, até que no fim do ano a taxa de execução seria pior do que má e o Governo iria sentir-se muito mal ao ser confrontado com tão baixa actividade governativa.

Nada mais errado!

Acabado o ano, conhecido o Relatório Anual de Execução, o que se verifica é que o Governo, ao contrário do que previa e gostaria a oposição, tem muitos motivos para se sentir bem com a qualidade da acção governativa desenvolvida em 1998, e derrotou pela qualidade da sua acção a insistente maledicência e a perspectiva sempre destrutiva da oposição.

Mas não foi só a boa execução financeira que este Governo conseguiu. Em todos os aspectos de análise os resultados são comprovados, pois para além da já referida taxa de realização das despesas afectas ao investimento, de 91,02%, salienta-se o cumprimento na condução das finanças públicas quer nos objectivos de aumento das receitas próprias, quer na diminuição relativa das despesas de funcionamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vejamos um pouco e mais em concreto os resultados da execução:

As receitas arrecadadas atingiram o valor global de 112.286 milhares de contos, mais 6,3% do que em 1997, ou seja, um grau de realização de 94,4% relativamente ao previsto no Orçamento.

A principal fonte de financiamento do Orçamento da Região foram as Receitas fiscais, que, no seu conjunto, atingiram o montante de 60.066 mil contos, valor que traduz uma taxa de crescimento de 6,4% em relação a 1997.

Relativamente ao previsto no Orçamento, este tipo de receita apresenta uma taxa de realização de 98,2%, o que revela claramente, o rigor posto na previsão orçamental e a credibilidade do Orçamento, então apresentado.

As transferências do Orçamento de Estado, constituem a segunda fonte de financiamento mais importante do orçamento regional. Em 1998, o seu valor foi de 26.158 mil contos, valor que evidencia uma notável taxa de crescimento de 40,5%.

Nunca é de mais realçar que, para a obtenção daquele valor, foi determinante o bom relacionamento político e institucional entre o Governo Regional e o da República, que possibilitou que o valor das transferências do Orçamento de Estado, em 1998, fosse determinado nos termos que viriam a ficar consignados na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, publicada posteriormente em 24/2/98, e também porque já no decorrer de 98, se conseguiu que o valor da transferência para a Região fosse corrigido em alta em mais 972 milhares de contos.

Nesta perspectiva, será também de salientar a evolução registada nesta importante fonte de recursos do Orçamento da Região que, de um crescimento de apenas 4,7%, entre 1995 e 1996, passou para 20,2%, entre 1996 e 1997, tendo atingido agora, entre 1997 e 1998, os 40,5%! Isto é, de 1995 para 1998, as transferências do Orçamento de Estado cresceram 77% e de 1996 para 1998, em apenas dois anos de Governo PS, cresceram 70%!

É, de facto, impressionante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto às despesas, a despesa global atingiu em 1998 os 112.288 mil contos, ou seja, mais 5,5% do que o valor registado em 1997.

As despesas de funcionamento da Administração tiveram um acréscimo de apenas 2,4% que está perfeitamente enquadrado no objectivo do Governo de rigor e de contenção na execução deste tipo de despesas.

- As despesas com pessoal ascenderam a 35. milhões de contos, representando uma taxa de crescimento de apenas 4,7%. Essa taxa é inferior em 3,5 p.p. à registada entre 1995 e 1996.

- A aquisição de bens e serviços correntes, apresenta uma taxa de crescimento de 1,4%, valor que se situa claramente abaixo da inflação registada neste mesmo período.

- As aquisições de bens de capital, revelam mesmo um decréscimo de 3,7%.

Por outro lado, os encargos com o serviço da dívida registam um decréscimo de 58,7%, consequência directa da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que

permitiu reduzir significativamente os encargos com os juros da dívida directa da Região e, no seguimento de negociações bem sucedidas com o Governo da República, transferir para a responsabilidade do Estado todos os empréstimos com amortizações nesse ano.

Quanto às transferências correntes, revelam uma taxa de crescimento de 13,5%, acréscimo este que decorre, essencialmente, da efectivação de um reforço da transferência para o Serviço Regional de Saúde, destinado a atenuar a pressão de pagamentos de despesas que incidia sobre aquele sector.

Como já anteriormente referi, as despesas de investimento do Plano atingiram o valor de 38.028 mil contos, mais 12,2% do que o valor registado em 97, o qual, por sua vez, já havia registado um crescimento de 23,2% relativamente a 96.

Isto é, no curto espaço de dois anos, o volume de investimento feito pelo Governo Regional aumentou 38,2% face ao valor do investimento realizado no último ano do Governo PSD.

Convenhamos que é obra! É mesmo muita obra Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No que se refere à cobertura do défice orçamental, houve necessidade de recorrer a dois empréstimos no valor de 11.973 mil contos e 5 milhões de contos, em ordem a assegurar o equilíbrio orçamental em 1998.

O 1º empréstimo previsto já no Orçamento para 98, e o empréstimo de 5 milhões de contos, efectuado no final do ano, consequência duma alteração orçamental, para fazer face a atrasos nas transferências da União Europeia.

Para mais uma vez confirmar a credibilidade de que este Governo goza nos mercados financeiros nacional e internacionais, consequência da sua eficaz gestão financeira, deve-se referir dois factos:

Um é que o 1.º empréstimo, o de 11.973 mil contos, foi o que teve as melhores condições até hoje conseguidas pela Região.

O outro facto, é que o “Rating”, a avaliação do risco para créditos a médio e a longo prazo, atribuído à Região em 1998, sofreu uma melhoria na sua notação

É também e ainda de salientar que, o Plano de investimentos de 1998 foi coberto em apenas 44,6% pelo endividamento, enquanto, em 1997, o havia sido em 54,6%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Vimos assim que no ano que passou:

O volume de investimentos efectuados em 1998 atingiu 38 milhões de contos, ou seja, mais 12,2% do que no ano anterior e mais 38% que em 1996.

A taxa de execução do plano foi de 91,02%, a mais elevada dos últimos treze anos.

A taxa de cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias da Região foi de 84%, ou seja, 4,4 p.p. superior à de 1997.

As despesas de funcionamento da Administração Regional tiveram um crescimento de apenas 2,4%, valor este inferior à taxa de inflação.

As transferências do Orçamento de Estado atingiram o valor de 26,2 milhões de contos, mais 40,5% do que em 97, fruto da Lei de Finanças das Regiões Autónomas conseguida por este Governo.

Os encargos com o serviço da dívida diminuíram 4,2 milhões de contos, ou seja, uma redução de 58,7% relativamente a 1997.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da mobilização quase permanente das atenções do Governo nas acções de emergência e de recuperação impostas pelas calamidades naturais, não lhe faltou, nunca, a energia e o discernimento para além de realizar uma boa taxa de execução financeira do Plano, empreender, em cumprimento dos compromissos que assumiu perante os açorianos, um conjunto de reformas com inegáveis benefícios e transformações estruturais nos Açores.

Em suma o ano de 1998 foi um bom ano da gestão financeira da Região e de cumprimento pelo Governo do seu plano de investimentos.

E se nos lembrarmos da baixa do tarifário da Energia, do facto histórico que foi a redução dos preços dos transportes aéreos, da revolução nos transportes marítimos....

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Eugénio Leal (PSD): Quanto é que custaram?!

O Orador: ... teremos que concluir o inevitável:

Este Governo cumpre a função mais nobre da política: resolver os problemas das pessoas no mais curto espaço de tempo possível e concomitantemente empreende reformas estruturantes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista orgulha-se do que este Governo já fez e do que já cumpriu, conhecendo, claramente, também, o caminho que ainda tem que percorrer, o muito que ainda há para fazer.

O PS está confiante no julgamento dos açorianos sobre a forma como este Governo tem vindo a desempenhar as suas funções.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, não é para participar no debate, é para interpolar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de interpolar a Mesa apenas para saber se deu entrada na Mesa, os elementos referentes à Conta de 1998?

Presidente: Que eu tenha conhecimento não, mas posso confirmar junto dos serviços.

O Sr. Deputado pretende a Conta da Região Autónoma dos Açores?

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sim, nomeadamente as receitas arrecadadas, as despesas sem ser o relatório de execução final.

Presidente: Nesta sessão não esteve presente, mas vou saber se deu entrada nos serviços.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Eu vou continuar a usar da palavra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir uma intervenção, da parte do Sr. Deputado Augusto Elavai, e gostaria de referir que o Grupo Parlamentar do PSD não pode participar no debate, no que se refere aos números apresentados, porquanto não tem conhecimento dos elementos que o Sr. Deputado Augusto Elavai tem.

Se o Sr. Deputado Augusto Elavai os tem, na qualidade de Presidente da Comissão de Economia, eu gostaria, desde já, como membro daquela comissão e em nome do

Grupo Parlamentar do PSD, protestar pelo facto de ainda não os ter feito chegar aos restantes membros da Comissão.

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se o Sr. Deputado Augusto Elavai tem esses elementos como Deputado do Partido Socialista e que foram fornecidos pelo Governo, também quero igualmente protestar por essa situação, porque é uma clara situação de discriminação.

Deputados António Meneses e José Maria Bairos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Luís Resendes (PS): E tem também na qualidade de socialista!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não compreendi a intervenção do Sr. Deputado Eugénio Leal, porque — permita-me que lhe diga — é quase o desespero.

Aquilo que eu tenho, e apenas, e pode ler, é uma Conferência de Imprensa do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores sobre a execução do orçamento e plano da Região para 1999.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Ah! Isso foi propagandeado!

O Orador: Isto toda a gente tem.

Vozes da bancada do PSD: Foi propagandeado.

O Orador: Não interessa. Isso vem nos jornais.

Deputado Francisco Sousa (PS): Está aqui!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Ao que o Parlamento chegou!

Deputado Francisco Sousa (PS): Pelo amor de Deus!

O senhor não tem o officio?!

O Orador: Não entrem nesse desespero de causa, porque os números que eu utilizei ali são públicos, vieram nos jornais.

O que eu fiz aqui foi apenas uma intervenção, como Deputado do PS, a elogiar o Governo por aquilo que toda a gente já sabe.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Esta Assembleia não tem por hábito pronunciar-se ou fazer intervenções sobre artigos de jornal ou números de comunicados de membros do Governo.

Deputado João Santos (PS): No seu tempo também já não liam jornais! É um hábito!

É vexatura do PSD!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Deputado Eugénio Leal (PSD): Deixem terminar!

A Oradora: Fazer intervenções, nesta Casa, com base em comunicados é, no mínimo, desprestigiar o Parlamento.

O Parlamento tem que se pronunciar sobre documentos oficiais.

Os documentos oficiais do ano de 1998, ainda não entraram nesta Casa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Estão em tempo!

A Oradora: Mas, Sr. Deputado, não é por isso que fica sem resposta, porque o que eu gostava de o ver apresentar aqui era a execução material, porque a execução financeira todos nós sabemos fazer e atingir 100%, basta dar subsídios.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não!

A Oradora: O que eu quero saber é em que é que esse dinheiro é aplicado e isso o senhor não disse. Não disse, porque não sabe nem tem, como nós também não temos, a execução material. Essa é que importa.

Gastaram 90% do Plano. Em quê? Responda-me porque isso é que me importa.

O que me importa é saber em que é que o dinheiro foi gasto e não a quantidade que foi gasta. Essa não me importa.

Vou pôr-lhe uma outra questão:

Se as receitas aumentaram 40%, nomeadamente as receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado, o endividamento também aumentou 40%. Eu pergunto: onde é que gastou 80% a mais de receita?

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Não! Que contas são essas?!

A Oradora: Responda-me!

A questão agora põe-se em que é que foi aplicado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Nas acções feitas!

A Oradora: Onde é que está o rigor da aplicação.

O que é que o Governo fez ao dinheiro dos contribuintes? Onde é que esse dinheiro foi aplicado?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Pura demagogia!

A Oradora: Por essa resposta, esperamos nós, porque para fazer flores com números de 90%, basta dar subsídios e atinge-se mais de 100%.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Eu não estava à espera da sua intervenção, porque ela também é uma intervenção de desespero.

Quando diz que dinheiro os Srs. Deputados do PSD também o sabem gastar, vemos aqui que, desde 86, o Governo do PSD não soube gastar, porque a taxa de execução é sempre menor do que 90%. Por que é que não gastaram? Não sabiam, não tinham onde gastar.

Por outro lado, o que eu referi ali, e acho importantíssimo, foi que as despesas de funcionamento estão a decair relativamente. Gastou-se pouco!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Veja o ano de 96!

O Orador: Por outro lado ainda, o que eu acho também importante e que foi ali registado, foi que as receitas fiscais tiveram uma execução de 98% e o ano passado tiveram uma execução de 100%. O que é que isto significa?

Significa que este Governo tem uma gestão eficaz e, até mesmo no Orçamento, consegue prever as receitas fiscais de maneira a que as despesas não sejam empoladas e não se faça o tal endividamento da Região. Isto é que é de registar e não vir para aqui falar do dinheiro dos contribuintes como se este Governo não soubesse que gastava o dinheiro dos contribuintes.

Foi para isso que ele foi eleito, ou seja, para gastar o dinheiro que lhe põem à disposição.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Quando eles têm os meios, gastam conforme acham conveniente para bem do povo dos Açores.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que talvez uma das funções mais interessantes e mais nobres do Parlamento dos Açores, é apreciar a acção do Governo, nomeadamente a acção global do Governo. Isto é feito através da análise das contas que, por lei, o Governo deve apresentar a esta Câmara até Outubro do ano seguinte.

É norma o Governo apresentar ao Parlamento, o mais cedo possível, os elementos que obtém decorrentes da execução dos Planos e dos Orçamentos, através das contas sintéticas da execução orçamental.

Com isto quero significar o seguinte e é essa a leitura que o Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de pôr à consideração:

Nós entendemos que o Deputado Augusto Elavai tem o direito, como qualquer senhor deputado, de trazer a esta Assembleia todo o tipo de análise e de intervenção que bem entender, com base em elementos da comunicação social ou seja no que for.

Porém, e era com isto que eu queria também justificar, nós, como Grupo Parlamentar do Partido Popular, não vamos intervir nesse debate, porque, na nossa opinião, esta matéria é muito séria, exige uma análise aprofundada, que o Deputado Augusto

Elavai compreenderá que só é possível fazê-la com rigor e com seriedade quando estivermos na posse dos elementos oficiais mínimos e indispensáveis para esse tipo de análise, para podermos avaliar um conjunto de índices, indicadores, alguns deles aqui abordados pelo Sr. Deputado, mas que carecem de ser confirmados e devidamente tratados e trabalhados.

É nessa perspectiva que nós entendemos que, infelizmente, não há ainda condições para fazer a avaliação do que foi a gestão financeira do Governo Regional no ano de 1998 — espero que concorde com este ponto de vista — formalmente, de acordo com esses elementos.

Apesar de ser público, o Governo tem uma grande preocupação nessa matéria e todos nós sabemos que ele preocupa-se mais em dar elementos à opinião pública e menos em os trazer ao órgão que o fiscaliza, ou seja, a este Parlamento, mas isto são questões políticas. O Governo também divulga aquilo que entende e cabe-nos a nós, Parlamento, ficar serenamente a aguardar que o executivo venha trazer a esta Casa os elementos legais e indispensáveis a uma análise séria e rigorosa.

Eu não quero fazer juízos sobre o trabalho que o Sr. Deputado aqui apresentou, porque não posso fazer esse juízo em consciência.

Quero deixar aqui claramente assumido que o facto do senhor ter feito aquelas afirmações e nós ficarmos em silêncio, não quer dizer que estejamos de acordo com V. Exa. e muito menos quer dizer que as vossas afirmações não são contestadas.

O Sr. Deputado entendeu fazer uma reflexão com base em informações que o Governo deixou passar para a comunicação social. Tem todo o direito, mas espero que não tire a conclusão de que esta Assembleia não quis discutir a matéria ou que esta Assembleia pelo seu silêncio, no que nos diz respeito, está de acordo.

A seu tempo, e o Partido Popular garante mais uma vez, logo que esses elementos sejam entregues ao Parlamento dos Açores, 24 horas depois, o PP está disponível para discutir com V. Exa ou com quem for, a questão financeira deste Governo em 1998.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento, quer à Sra. Deputada Berta Cabral, quer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

O Governo ainda não entregou nesta Assembleia os documentos oficiais relativos ao Plano de 98 no que se refere à sua respectiva execução, quer financeira, quer material.

Também gostaria de esclarecer que, conforme V. Exas. saberão, o Governo está dentro do prazo legal que tem para o fazer e fá-lo-á o mais brevemente possível.

Evidentemente essas contas já estão feitas, por isso o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento deu recentemente uma conferência de imprensa, mas há aspectos formais que justificam que ainda não tenham sido entregues esses elementos.

Percebo perfeitamente a posição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando afirma a sua posição de reserva para quando tiver os documentos oficiais e aí o seu partido sobre eles se pronunciará.

Porém, não posso deixar de lamentar aquilo que me pareceu ser algumas suspeições lançadas pela Sra. Deputada Berta Cabral, neste debate, acerca do que foi feito.

Das duas uma: ou se confia nos elementos divulgados e comenta-se, ou então não se confia e não se comenta, nem no sentido positivo, nem no sentido negativo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional Adjunto:

A questão que aqui foi posta é a seguinte:

A execução financeira pouco nos diz para além da taxa em si mesma. É preciso confrontar a execução financeira com a execução material para se perceber o que é que se fez com as receitas que se teve, com os aumentos das receitas correntes, conforme foi aqui dito, com os aumentos do endividamento, como eu lhe disse. As receitas aumentaram 40%, mas o endividamento também aumentou 45% e isto é muito grave, como sabe.

Há aqui um acréscimo enorme de receita que não se percebe pelos números em si mesmo onde é que está aplicado.

O problema foi um Deputado da vossa bancada ter trazido à discussão um assunto cujos restantes deputados não tinham conhecimento e para além disso não tinha um conhecimento completo, mas sim apenas um conhecimento dos números e das taxas de execução o que é infinitamente pouco para se ter uma noção exacta de como foi gerido o dinheiro dos contribuintes. Foi isto que eu disse e é isto que tem que ficar claro, mas para isso quem tem que aprender a lição é quem traz a este Parlamento os assuntos para serem discutidos sem eles estarem devidamente tratados, estudados e divulgados.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu não trataria para cá os elementos fornecidos numa conferência de imprensa, se eles fossem números normais. Não são. São números extraordinários que só pelo valor deles eu acho que um deputado, principalmente um deputado que está no grupo parlamentar que suporta o Governo, deve-o fazer nesta Assembleia.

A Assembleia serve para fiscalizar o executivo, mas também serve para elogiar o Governo quando nós sentirmos que devemos elogiá-lo.

Como esses números que eu divulguei são números públicos, eu acho que se deve elogiar o Governo e foi isso que eu fiz.

Compreendo que quando forem fornecidos melhores elementos, haveremos de conversar melhor.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Eu lamento ter que dizer outra vez a mesma coisa. Penso que o Sr. Secretário Regional Adjunto percebeu perfeitamente.

O problema não é dos números, é que só os números por si não chegam a conclusão nenhuma.

Tem que dizer em que é que aplicou o dinheiro. Disse?

Não disse!

Se não disse eu não sei. Se eu não sei não tenho razões nenhuma para achar que deva elogiar ou não elogiar.

Só quando tivermos a informação completa é que podemos fazer um juízo de valor. É apenas isto, ou o senhor ainda não percebeu que é aí que eu quero chegar?

Eu julgo que todos já perceberam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Mais uma chega relativamente a esta questão.

Eu queria fazer lembrar, uma vez que a intervenção do Sr. Deputado Augusto Elavai tem por base uma conferência de imprensa do Sr. Presidente do Governo que foi dada há 10 ou 15 dias aproximadamente, que poucos dias depois de ter sido publicado no Jornal Oficial uma Resolução do Conselho do Governo, prorrogando, salvo erro, até ao dia 15 de Março o período de pagamento das despesas, justamente por ainda não estarem arrecadadas todas as receitas — o Governo aprova uma Resolução que prorroga o prazo de pagamento das despesas até 15 de Março e 10 ou 15 dias antes — contudo, já anuncia o que é que gastou.

Eu não estou a pôr em dúvida, mas uma vez que não são da conta, uma vez que há estes condicionalismos... Sr. Deputado Augusto Elavai, V. Exa. acredita no Presidente do Governo, eu não ponho isso em dúvida e eu também não estou a duvidar, mas acho que há aqui alguma incoerência nesta situação, na Resolução do Governo ou nos números apresentados pelo Governo.

Portanto, aquilo que eu queria aqui referir era justamente que não participamos no debate sobre esses elementos porque não dispomos dos mesmos, mas também com esta agravante.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os problemas relacionados com os cuidados de saúde sempre nos mereceram muita atenção; hoje, mais do que noutras alturas, volta-se a ter na ordem do dia estas matérias, com a discussão que deverá existir à volta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, cuja proposta apresentada pelo Governo Regional tem estado em apreciação na Comissão dos Assuntos Sociais. Embora a análise destas matérias deva ser feita na altura própria, entendemos desde já deixar claro que para o PCP/Açores todas as intervenções a realizar no funcionamento do sistema de saúde devem contribuir para melhorar e humanizar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, e não para satisfazer interesses particulares ou diminuir as despesas públicas e aumentar os encargos dos cidadãos com a saúde.

A qualidade dos cuidados primários, a acessibilidade aos cuidados diferenciados, a articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais e a qualidade e prontidão do serviço de evacuações têm de ser assegurados pelo Serviço Regional de Saúde, nos termos estabelecidos pela Constituição da República.

Consideramos que todos os cidadãos devem ter o direito de recorrer, querendo, a cuidados privados de saúde, mas esse direito deve ser exercido não por incapacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde, mas por livre opção desses cidadãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Quando se fala de saúde é evidente que me sinto no dever de aqui trazer alguns dos muitos aspectos anómalos que se verificam nas Flores e no modo como funciona o Centro de Saúde daquela Ilha.

Muitas das análises clínicas que durante anos foram normalmente efectuadas no laboratório de análises do Centro de Saúde das Flores hoje, são efectuadas fora da Ilha; e, não aceitamos que por desinteresse ou má gestão, não se resolvam situações destas com rapidez e eficiência. Se há avarias que se reparem; se há necessidade de material novo que se adquira; se a instalação eléctrica está obsoleta que se faça nova instalação eléctrica. O que não podemos é continuar no estado actual.

Mas, hoje, uma situação caricata é o facto de não ser possível no Centro de Saúde das Flores fazerem-se transfusões de sangue com o controlo exigível; naquele Centro de Saúde sempre foram efectuadas transfusões, e não é possível haver armazenamento de sangue sempre e em abundância.

Hoje, se por qualquer motivo e numa emergência, é necessário que alguém se socorra da dádiva de sangue, aquele que o recebe poderá ter a certeza que no Centro de Saúde das Flores não foi possível saber se o dador, está ou não contaminado por vírus da Hepatite ou do HIV, porque o despiste daquelas doenças não é feito nas Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Nos últimos 20 anos poucas têm sido as reparações feitas no Centro de Saúde das Flores, por isso é fundamental que aquele Centro de Saúde seja beneficiado com as reparações que se impõem e não se julgue que com algumas reparações nas cozinhas estão resolvidos os problemas do Centro de Saúde, porque todo o sistema de canalizações e circuitos eléctricos têm necessidade e urgência de serem reinstalados.

É inadmissível que nos quartos particulares do Centro de Saúde não exista água quente, campainha e telefone.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Um outro aspecto tem a ver com o atendimento feito pelos poucos especialistas que se deslocam às Flores; normalmente o envio do doente ao especialista é feito pelo médico de família e se o faz é porque o utente do Centro de Saúde necessita da consulta da especialidade. Acontece que se a consulta se efectua da parte da manhã é por conta do Serviço Regional de Saúde; se o doente tem consulta da parte da tarde paga a consulta e recebe o reembolso insignificante que todos nós conhecemos.

Já aqui o afirmámos e voltamos a reafirmar que reconhecemos o direito que qualquer cidadão tem de se dirigir ao clínico privado, agora não aceitamos é que o doente que é entregue ao especialista pelo seu médico de família se veja obrigado a pagar a consulta decidida por esse médico de família.

A situação acaba por ser caricata por que tudo se passa dentro do Centro de Saúde, as consultas são marcadas no Centro de Saúde e não é perceptível qualquer diferença, a não ser no pagamento das consultas pelo utente, se elas decorrem da parte da tarde.

Também não compreendemos por que razão o Centro de Saúde das Flores não envia doentes seus aos médicos do Hospital de Angra e do Hospital de Ponta Delgada e em consulta a efectuar naqueles hospitais, e os doentes das Flores atendidos em Angra ou Ponta Delgada são atendidos nas consultas privadas. Voltamos ao que já afirmei: há doentes que não se importam de ir a essas consultas privadas, mas há outros que não

têm meios de satisfazer esses encargos. Isto tem a ver com a ausência de coordenação entre o Centro de Saúde das Flores e os Hospitais de Angra e Ponta Delgada, conhecendo-se situações ridículas, às vezes com aspectos surrealistas, como a de um doente com intervenção cirúrgica marcada para um desses Hospitais, enviado pelo Centro de Saúde para uma cirurgia, é informado no Hospital que essa intervenção se efectuará meses depois. Nem o Centro de Saúde das Flores se preocupou em reconfirmar a intervenção antes do doente sair da Ilha, nem o Hospital se sentiu no dever de informar que a cirurgia não se podia efectuar na data marcada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Outro aspecto que nos preocupa tem a ver com os lixos hospitalares; algum é contentorizado, em contentores próprios, mas muito desse lixo é enviado para a lixeira municipal, que nas condições actuais — lixeira a céu aberto — há que ter as devidas precauções

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Levantei algumas questões, sentidas por muitos daqueles que mais necessitam da nossa solidariedade — os doentes. Para nós é fundamental que se procurem dar respostas eficazes e razoáveis, que venham de encontro aos direitos dos que precisam de se socorrer dos Serviços de Saúde da Região.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ouvi com alguma atenção a brilhante intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão onde focou alguns aspectos negativos no sistema actual de saúde.

Infelizmente, no Corvo, a saúde não vai bem, porque as tão famosas visitas de especialidade, até este momento, resumiram-se a três, mais precisamente em estomatologia. Isto não passa de uma promessa e nada mais.

Se há uma ilha que precisasse que por lá passasse várias especialidades, é o Corvo, porque os doentes que estão no Corvo não têm outra opção a não ser a que lá está e alguns até podem não estar de acordo com ela.

Se houvesse visitas mais vezes, os corvinos tinham o direito de procurar o que precisavam.

Eu acho que o Sr. Secretário tem a obrigação de esclarecer qual o motivo por que, até a este momento, só passaram três visitas de estomatologia.

Isto é muito pouco para a situação que aquela ilha vive no que respeita à Saúde.

Está na altura de se fazer qualquer coisa por um bem essencial e que todos têm direito, ou seja, a saúde.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para prestar alguns esclarecimentos na sequência das duas intervenções que acabámos de ouvir.

Começando pela última, no que se refere às visitas ao Corvo, gostaria de lhe dizer Sr. Deputado, que para 300 e tal habitantes, três visitas é conseguir já muita coisa.

Há outras ilhas bem mais carenciadas onde é mais difícil resolver esses problemas.

Sr. Deputado, 3 visitas num ano é melhor do que nenhuma visita que era aquilo que o Sr. Deputado tinha.

Em relação a isso julgo que estamos conversados.

Quanto à intervenção feita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria de esclarecer duas questões:

A primeira refere-se às análises clínicas feitas lá.

Há um equipamento electrónico de análises que tem tido um conjunto grave de avarias que por várias vezes teve que sair da ilha.

Agora, optou-se por apenas instalar o equipamento ou pôr o equipamento a funcionar quando tiver instalado uma UPS, porque o problema parece dever-se a flutuações de tensão na rede da Ilha, e essa UPS, segundo notícia que me forneceram, está nesta altura na Terceira a fazer o seu percurso a caminho das Flores. Portanto, o assunto ficará resolvido.

Quanto à questão das transfusões de sangue, o assunto é mais complicado do que isso, porque alguns tipos de análise que é preciso fazer para se ter a certeza de que o

sangue não está contaminado nem com vírus da HIV nem com o vírus da Hepatite, são mais complicadas de fazer e isso eu tenho a certeza.

Eu não lhe sei responder neste momento porque também não tenho os dados técnicos necessários para isso, mas far-lhe-ei chegar a resposta rapidamente.

Eu sei que há dificuldades, não apenas nas Flores, mas em outras ilhas, em garantir que seja possível fazer-se transfusões com sangue recolhido localmente sem que o sangue tenha sido tratado noutra sítio, porque existem normas sobre o tratamento térmico do sangue e sobre outros tratamentos que é preciso fazer para transfusões que não me parece que possa ser garantido localmente nas Flores.

Não tenho a certeza disto, mas vou obter a informação e fá-la-ei chegar junto do Sr. Deputado.

Em relação à outra questão que levantou, ou seja, a conservação do Centro de Saúde, posso-lhe dizer que neste momento estão a decorrer obras de reparação na zona das cozinhas que têm a ver exactamente com a questão do aquecimento da água, porque é aí que estão instaladas as caldeiras que aquecem a água e isso está a ser feito nesta altura.

Há outras obras previstas. Há projectos a fazer.

O Centro de Saúde precisa de uma grande reparação, mas essa grande reparação já teve início na área das cozinhas conforme o Sr. Deputado certamente saberá.

Em relação à questão do pagamento das consultas do lado da tarde, o que acontece é que maioria dos médicos que se deslocam, fazem-no no regime misto em que se comprometem a fazer um determinado número de consultas — dependendo da especialidade, normalmente são 24 consultas — que são pagas pelo Serviço Regional de Saúde e depois ficam livres para fazer consultas privadas, se pretenderem.

Quem vai à consulta privada é porque assim o quer.

Em relação à articulação com o Hospital de Angra e de Ponta Delgada, efectivamente alguma coisa deve estar a correr mal aí porque isso devia funcionar melhor.

Vou tentar informar-me, porque, segundo as palavras do Sr. Deputado, parece que há falta de articulação.

Nós vamos investigar o caso para ver o que é que podemos dizer sobre isso.

Em relação à questão dos lixos hospitalares, foi publicada, o ano passado, uma portaria conjunta com o Sr. Secretário que tem a tutela do Ambiente e foram estabelecidas regras sobre o encaminhamento dos lixos hospitalares na Região.

O que está a ser feito é uma separação de lixos, ou seja, há lixos que são gerados no hospital, mas que são não contaminados e podem estar juntos com o lixo normal, e há lixo que deve ser incinerado.

No caso das Flores a incineradora não obedece às normas europeias para incineração. Está no plano de reequipamento do Centro de Saúde, reequipar o Centro de Saúde com uma incineradora que tenha a temperatura correcta para esse tipo de incineração. Se não me escapou nada eram estas as questões levantadas.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regional:

É pena que nesta Casa, principalmente da parte do Governo, quando convém, o Corvo é visto em termos percentuais e o problema fica resolvido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não é assim, Sr. Secretário.

O problema do Corvo não se resolve com números percentuais.

O problema do Corvo resolve-se se olharmos para ele como uma ilha com os mesmos direitos que tem qualquer outra. Aí é que o problema do Corvo se resolve.

Eu sei que nas outras ilhas também há grandes carências. Eu estou completamente de acordo consigo, mas nas outras ilhas há uma questão diferente, ou seja, mesmo com carências as pessoas podem optar e têm liberdade de optar por aquilo que querem, mas no Corvo, neste momento, não podem fazê-lo.

Se houver mais especialidades no Corvo, as pessoas estão mais libertas e têm direito a isso. É por isso que aqui estou e é por isso que vou lutar enquanto estiver nesta Casa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, vou optar por referir o aspecto que considero importante, porque neste período o tempo tem que ser devidamente aproveitado. Sendo assim, vou basear-me na afirmação do Sr. Secretário relativamente à consulta privada.

O médico que vai ao Centro de Saúde, Sr. Secretário, e que faz a tal medicina privada da parte da tarde, faz, em primeiro lugar, porque foi ao Centro de Saúde fazer o serviço público da parte da manhã e, em segundo lugar, o doente que lá vai não vai porque quer. O doente vai, porque o médico de família entendeu que ele deveria ir.

Por isso mesmo, entendemos que esta situação deve ser resolvida pelo Serviço Regional de Saúde.

Nós compreendemos perfeitamente que essa consulta do foro privado que é feita a mando do médico de família, tem que ser um contrato a estabelecer entre o Serviço Regional de Saúde e o médico de medicina privada a trabalhar como tal.

Porém, o que não podemos aceitar é que o doente que é enviado a esse médico, a essa hora, nessa altura, nesse Centro de Saúde, tenha que pagar a sua consulta.

Admitimos que nestas coisas há doentes com condições económicas para o fazerem, mas lamentavelmente há doentes que chegam ao Centro de Saúde, sabem que têm que pagar 9.000\$000 pela consulta, não têm dinheiro para a pagar e, pura e simplesmente, não vão à consulta.

A esses doentes diz-se, e é aceitável, que não poderão ir ao médico fora da Ilha com o pagamento que lhe é devido, porque está ali um médico, mas diz-se que têm que pagar a consulta, porque são atendidos àquela hora uma vez que já não há vaga no espaço da manhã.

Esta situação tem que ser resolvida, Sr. Secretário, com justiça e com equidade. Tem que ser resolvida, na nossa opinião, de acordo com o direito que o doente tem, logo que o pretenda e logo que o queira, da satisfação da necessidade pelo Serviço Regional de Saúde.

Quanto ao outro problema que o Sr. Deputado João Greves pôs em relação aos especialistas, todos nós sabemos que, mesmo assim, têm ido poucos especialistas e com todas estas agravantes.

Aliás, ele focou o problema da estomatologia no Corvo por apenas terem ido três, mas a interpretação que eu dei foi que foi apenas um estomatologista, os outros não foram.

São situações que eu penso que temos que raciocinar.

Era importante e fundamental que alguns especialistas pudessem ir a estas ilhas em condições de trabalho diferentes.

Ele põe em cima da mesa e traz à colacção o problema dos estomatologistas. Neste campo, quero recordar que na Ilha Flores, enquanto lá existiu a base francesa, nós tivemos um estomatologista, devidamente instalado e apetrechado.

Eu gostaria de saber em que condições é que hoje poderá trabalhar, no Centro de Saúde das Flores, um estomatologista em função daquilo que já existiu num passado recente e aquilo que hoje existe.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já me vou habituando a ouvir falar, nesta Casa, de problemas extremamente complexos quando à sua resolução, porque não dependem, única e exclusivamente, da vontade de qualquer Governo. Não é só deste Governo.

Há uma realidade na organização dos serviços de saúde que nós não podemos ignorar nem vamos escamotear.

Nesta Região, sempre existiu um sistema misto, como existe no todo nacional.

Não há uma cobertura nacional do sistema nacional de saúde, nem há uma cobertura total na Região do sistema regional de saúde, porque, por um lado nós temos carência de técnicos — temos no todo nacional — e, por outro lado, não é fácil criar técnicos de uma momento para o outro.

Há uma outra questão também muito importante, ou seja, a organização de um serviço de saúde, e nessa organização do Serviço Regional de Saúde, nós temos dois tipos de cuidados:

— Nós temos os cuidados primários de saúde que têm a obrigação, e está testado, do ponto de vista científico, que os médicos de família conseguem tratar de 55 a 80%

dos nossos acidentes de saúde durante um percurso de uma vida. Não é por qualquer razão que a Inglaterra implementou um sistema destes, tal como na Europa, em que a base do sistema são os médicos de clínica geral (médicos de família).

— Depois haverá locais com médicos especializados para tratar dos restantes 20% dos problemas de saúde.

Nós podemos ter todos os cuidados à porta da nossa casa, porém nós temos que garantir a todas as pessoas, que elas, quer estejam em Bragança, no Corvo ou onde estiverem, tenham as portas abertas para serem cuidadas no local indicado para o tipo da sua patologia.

Isto é o que sucede cá e tem que suceder, ou seja, quando a pessoa estiver nas Flores, no Corvo ou em Santa Maria, se precisar de um cuidado de saúde que seja necessário tratar no hospital de Ponta Delgada, tenha acessibilidade.

Deputado João Cunha (PSD): Mas com igualdade!

A Oradora: A acessibilidade e a equidade representam isto mesmo, ou seja, a pessoa ter direito ao cuidado médico necessário e aquele que trata a sua doença, onde ele existir.

Assim sendo, há duas componentes que nós devemos interpretar e devemos pugnar nesta Região, ou seja, a acessibilidade, mas esta acessibilidade não significa que eu não tenha direito a optar por duas coisas, ou vou ao público, ou vou ao privado.

Eu compreendo e aceito que se algum médico no exercício da sua função médica, no público, tiver comportamentos incorrectos ou pouco éticos de desviar o doente para o seu consultório privado, isso deve ser denunciado.

A denúncia tem as suas componentes, tem nomes, tem o seu lugar próprio para ser feito e deve ser feito. Eu aceito e pugno para que seja feito.

No entanto, não se pode impedir e não se pode deixar de — como se diz nesta Casa — criar incentivos para deslocar especialistas para o cidadão ter, dentro da medida do possível, os cuidados de algumas especialidades mais perto da sua casa. Temos que criar os incentivos e os incentivos têm sido deste teor: tanto tempo, tantas horas, tantas consultas, no público e depois, após a sua hora oficial, tem direito ao exercício da medicina privada.

É claro que é preciso separar águas. É preciso fazê-lo, mas por vezes há quem não separe. Mais uma vez digo: denuncie-se.

Não se diga que não se pode fazer, que é ilegal ou incorrecto. Se um doente foi enganado, denuncie, porque o doente não pode ser enganado, o doente deve ser inquirido:

— Tem à tarde uma consulta privada. Quer ir?

E o doente ao responder "quero", já sabe que tem que pagar.

Às vezes há aqui algumas misturas por parte dos utentes. Por isso, eu julgo que as águas têm que ser separadas e devemos fazer um esforço para que os médicos especialistas se desloquem às ilhas, mas a verdade é que enquanto que há ilhas que dizem que gostariam de ter mais especialistas lá, existem outras que dizem que afinal a ida dos especialistas lá não é tão positivo.

Eu já não compreendo mais nada. Esta é a verdade.

Afinal em que é que ficamos?!

Os especialista devem ir lá, ou os especialista não devem ir?!

O Corvo quer, as Flores não quer! E agora?

Realidades diferentes? — esta é uma questão que ponho a esta Assembleia.

Será que as Flores teve experiências extremamente negativas?

Vamos ver porquê.

Isto não tem nada a ver com uma outra coisa que eu quero salvaguardar nesta Casa, ou seja, existem especialidades que são consideradas como especialidades também vocacionadas para os cuidados primários.

À medida que esta Região tiver capacidade de os colocar, então temos que fazer um esforço e colocar. Entre elas é claro que estará a estomatologia, a pediatria e a oftalmologia.

Sendo assim, não devemos deixar de aceitar que os centros de saúde se podem abrir, porque podem. Essa abertura tem alguns limites.

Temos que pugnar pela acessibilidade e equidade, mas não podemos confundir as coisas.

Nós devemos ter alguma coerência relativamente àquilo que se quer: ou queremos, ou não queremos.

Há outra coisa muito importante que gostaria de deixar aqui claro, ou seja, não vamos confundir incentivos de deslocação de um especialista a uma ilha com medidas em que se pretende que o sistema regional seja todo gratuito e abolimos a medicina privada. Este é outro assunto.

Eu gostaria que quando se debatessem as coisas nesta Casa e, principalmente, quando se falar dos problemas das Flores, que separássemos bem as águas, porque assim podemos entender-nos e até melhor e atender às justas reivindicações das Flores.

Estamos aqui todos com este intuito, ou seja, garantir a acessibilidade e equidade para todos os açorianos no que diz respeito aos cuidados de saúde.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria de dizer que existe um regulamento publicado em portaria que estabelece as regras em que as consultas são feitas, ou em regime convencionado ou em regime privado, podendo ser durante as deslocações dos especialistas.

Aquilo que me diz, deixa-me na incerteza se a portaria está sendo cumprida ou não, mas eu vou investigar esse assunto.

O que lá está escrito é que o médico durante a sua deslocação, para além de um determinado número de consultas que se obriga a fornecer ao Serviço Regional de Saúde e que obviamente são fornecidas gratuitamente aos utentes, depois disso pode dar consultas, mas não tão livremente como isso, porque o número de consultas que ele pode dar, em regime privado, é uma percentagem do número daquelas que dá em regime público. Há um regulamento sobre essa matéria mas, neste momento, eu não tenho presente as percentagens.

Essas consultas que são dadas em regime privado devem ser anunciadas em regime privado e só deve ir a essa consulta quem opte por ir à consulta em regime privado sabendo de antemão que é uma consulta privada, que vai pagar e que vai ser reembolsado de acordo com as tabelas em vigor.

Essa é a obrigação do Centro de Saúde e do médico que o faz, ou seja, estabelecer uma demarcação bem clara entre as consultas do regime público e as do privado. As consultas do regime privado devem ser tratadas como as consultas que ele faz no seu consultório.

Como o especialista utiliza o consultório do Centro de Saúde, ele paga uma determinada percentagem para fazer a consulta lá, mas é uma consulta privada.

Aquilo que me diz é que parece existir alguma consulta entre consultas privadas e consultas públicas, o que eu lamento, mas farei o possível para se esclarecer.

Uma outra coisa que pode ser feita é a celebração — e isso é feito por alguns Centros de Saúde — de convenções com os médicos que lá vão, ou seja, parte das consultas que são feitas em regime privado, são pagas pelo Centro de Saúde, são adquiridas em regime de convenção e depois são cedidas aos utentes através de um pagamento que é variável também de acordo com aquilo que está estabelecido nesse mesmo regulamento.

Eu não sei exactamente qual a situação do Centro de Saúde das Flores, mas vou informar-me e depois dir-lhe-ei alguma coisa.

Em relação ao Sr. Deputado João Greves eu gostaria de dizer que tenho o máximo de respeito pela população do Corvo e temos feito os possíveis para que no Corvo exista tudo aquilo que existe nas outras ilhas, na medida daquilo que é possível.

Creio que isto não é só uma intenção, é um facto que tem sido demonstrado por acções.

Gostaria de lembrar o Sr. Deputado que nunca existiu época nenhuma em que no Corvo se tivesse investido tanto como se tem investido agora. Lembro-lhe apenas a existência da escola e a existência de um sistema de bolsas para permitir a frequência do ensino secundário.

Portanto, tem sido tomado um conjunto de medidas que são medidas práticas e concretas, exactamente para mitigar esse problema que o Sr. Deputado estava a levantar.

O que eu lhe digo é que é muito difícil fazer deslocar médicos a qualquer ilha, inclusivamente ao Corvo. É extremamente difícil levar os médicos ao Pico, às Flores, Santa Maria, a qualquer ilha.

As dificuldades que o Sr. Deputado sente na sua ilha, são as mesmas que acontecem nas outras ilhas. Não há aqui nenhuma discriminação e era bom que não falássemos nesses termos.

Deputado João Cunha (PSD): Há 3 anos atrás não era assim!

O Orador: Há uma dificuldade que é comum em todo o arquipélago.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Os senhores não se esquecem de nada!

Deputado António Meneses (PSD): E os senhores também não!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

O senhor vem, exactamente, de encontro àquilo que eu acabei de afirmar na tribuna, ou seja, é o problema da necessidade de se fazer convenções com os médicos especialistas que vão ao Centro de Saúde.

Se eles vão — é natural e aceitamos — com o tempo limitado e se há muitos doentes do Centro de Saúde cujo médico de família envia para o especialista, lamentavelmente esse doente só tem a obrigação, a necessidade, **a única possibilidade**, de utilizar a medicina privada.

Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Não é um problema de desvio do doente. O doente sabe, porque efectivamente é dito e até mesmo nem sei se é escrito, que da parte da manhã é medicina pública e da parte da tarde é medicina paga. O doente sabe isto, não é enganado, só que não tem outra hipótese, outra possibilidade.

O doente não é enganado por ninguém. Vê-se na contingência de, efectivamente, se quer ter saúde tem que a pagar. Ele não tem possibilidade de opção.

O grande problema, na nossa opinião, é este direito de opção que o Sr. Secretário vem afirmar, e que nós conhecemos, que nalguns locais já é possível através das convenções que têm sido celebradas entre alguns centros de saúde e alguns especialistas em relação a esta matéria.

Nós, da nossa parte, em relação à medicina privada entendemos que o doente tem o direito de opção. Nós próprios optamos quando entendemos.

É um direito que assiste ao cidadão, é um direito que assiste ao médico. Tudo bem!
Aí nós pensamos que isso é inviolável e não tocamos.

Porém, nós entendemos que se o médico de família diz que o doente tem que ir ao especialista, independente de ser de tarde, de manhã ou à noite, se o especialista está na ilha, isto tem que ser uma consulta requisitada pelo Serviço Público. É este o nosso entendimento.

Em relação à ida de especialistas, eu tenho participado na Comissão junto com a Sr. Deputada e V. Exa. conhece a minha concepção em relação a estas matérias e a senhora também apontou.

Nós não podemos confundir a ida de uma cardiologista às Flores com a ida de um estomatologistas, de um pediatra ou de uma oftalmologista. São condições diferentes. Eu não quero ser visto nas Flores por um cardiologista, porque sei que ele não me vai fazer coisíssima nenhuma. Porém, entendo que posso ser visto por um estomatologista ou por um oftalmologista. São situações diferentes.

A Sra. Deputada conhece melhor que todos nós, porque é técnica na matéria, esta realidade.

Eu penso que não há nenhuma contradição quando se diz que é fundamental que vá às Flores um estomatologista e se diz que não se quer que vá o cardiologista lá para fazer tratamentos, porque ele não os vai fazer, ou que não queremos que as grávidas tenham lá os filhos, porque o especialista em causa não vai resolver as situações.

Isto são aspectos diferentes que têm que ser analisados em função da especialidade, em função da doença, do estado do doente e das condições do serviço prestado.

É evidente, que há muitos serviços que todos nós afirmamos que têm que ser prestados nos hospitais regionais, ou seja, na Horta, em Angra ou em Ponta Delgada. Por isso eu disse que é fundamental que os Centros de Saúde desta zona do arquipélago possam ter o mesmo direito que têm em relação ao Hospital da Horta, isto é, que em relação a determinadas especialidades, os seus doentes possam ir ao Hospital de Angra ou ao Hospital de Ponta Delgada, porque são os únicos hospitais que os podem socorrer.

Por exemplo, a tomografia axial computadorizada não existe, segundo creio, aqui na Horta. Há doentes desta Região que podem necessitar dela.

Por que é que não há uma ligação e uma coordenação entre o Centro de Saúde das Flores e esse serviço em outro hospital que não o da Horta?

Isto tem que ser feito e penso que têm que ser criados estes laços, como também não podem acontecer anomalias como aquela que eu descrevi há pouco, ou seja, uma cirurgia está marcada e porque não houve uma interligação entre o Centro de Saúde e o hospital, o doente desloca-se com dinheiro do erário público para uma intervenção que não vai ser feita e que afinal já há muito tempo estava desmarcada.

São situações que, na minha opinião, têm que ser corrigidas e melhoradas a bem da saúde de todos os açorianos.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário daqueles que entendem que esse tipo de debate envolve questões menores, não sendo questões de fundo ou as grandes questões da Região, nós entendemos que ele é muito importante, porque para além de trazer os problemas concretos, permite muitas vezes constatar o estado das coisas.

Eu julgo que é importante alguns reconhecimentos que se vão fazendo.

O Sr. Secretário refere, desde logo, que é muito difícil levar os médicos a qualquer ilha. Isto são constatações muito importantes em relação àquilo que se tem dito no passado recente.

Eu adiantava: já é difícil, neste momento, manter os médicos na ilha em que residem ou que optaram muitas vezes por viver. A prova disto, é que ainda há algumas semanas atrás, a segunda ilha privilegiada dos Açores, a Ilha Terceira, que tem um hospital que serve cerca de 70 mil utentes, estava apenas com uma unidade anestesista ao serviço do Hospital de Angra do Heroísmo. Isto quer dizer que o bloco operatório, durante aquele largo período, funcionou apenas para as situações de urgência. Toda a programação do bloco foi cancelada durante um largo período de tempo.

A unidade técnica que estava ao serviço era uma senhora e, usando do seu direito de senhora, sobretudo da sua faculdade de senhora, estava grávida de 4 meses. Esta é a

situação real de uma peça, de um dos pilares do sistema de saúde do Governo Regional dos Açores.

O Deputado Augusto Elavai, há pouco, esqueceu-se de louvar o Governo nessa matéria.

(Risos da bancada do PSD)

É o estado da Região em matéria de saúde e aconteceu no Hospital de Angra do Heroísmo, tempos a fio.

Eu não sei neste momento qual é a sua situação.

O Hospital de Ponta Delgada tem 9 anestesistas, o Hospital da Ilha do Faial tem 3 anestesistas e o de Angra tem 2 e um está usando do seu direito de estar ausente da Ilha.

Primeira observação:

A solidariedade regional não funcionou. Não foi possível deslocar técnicos de Ponta Delgada ou da Horta para a Terceira.

O problema já não é levar técnicos para as ilhas pequenas, mas sim deslocar um técnico fundamental para o funcionamento de uma unidade hospital, do Faial ou de Ponta Delgada, para a Terceira.

Se o problema fosse inverso, era semelhante. Se tivesse faltado o anestesista no Faial, se calhar não era possível transferir da Terceira para o Faial para suportar, temporariamente, o funcionamento de uma unidade hospitalar.

A questão mais profunda é constatar a incapacidade da Região Autónoma dos Açores, pela mão deste Governo, em fixar técnicos especialistas, médicos, no Hospital de Angra do Heroísmo.

Segunda observação:

A Sra. Deputada Fernanda Mendes, com o conhecimento e a autoridade que tem na matéria, traz aqui à reflexão questões relacionadas com a canalização, eventualmente ilícita, de algum doente incauto que deveria ser objecto de tratamento pela componente pública do sistema e alguém tenta conduzir esse utente para o sistema

privado, havendo assim benefícios ilícitos. Segundo ela, isso devia ser objecto de denúncias concretas e pontuais.

Todos nós subscrevemos esse discurso, só que a confusão é de tal forma no próprio sistema público, que as pessoas estão sujeitas às situações mais inaceitáveis e vou dar um exemplo, usando o estilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão aqui colocou, de coisas muitas concretas que nos dão que pensar:

Um cidadão tem um acidente e fractura um braço. Vai para o hospital, é recebido, é tratado e fica engessado.

Dizem-lhe que tem que voltar passado certo tempo para lhe tirarem o gesso.

Quando esse cidadão, que por sinal era pobre, volta ao hospital para tirar o gesso, chega lá e dizem-lhe que ele não pode tirar o gesso sem o médico lhe dar um documento.

Ele disse que tinha sido atendido ali na urgência, foi atendido pelo sistema e que mandaram-o ir lá tirar o gesso. Como é que fazia para o tirar?

A resposta foi que ele tinha que falar com o médico que lhe meteu o gesso — só a ele tem que pagar 9 contos, porque vai dar autorização na privada — para poder chegar ao hospital a e pública lhe tirar o gesso.

Sr. Secretário, se isto não é assim o senhor assumo aqui um compromisso, porque a pessoa contou-me isto e eu não quis acreditar. Apenas lhe disse que era pena que ela tivesse conseguido arranjar os tais 9 contos, porque num caso daqueles eu é que queria ir com a senhora ao hospital de Angra para ouvir na cara aquilo que tinham dito a ela.

A resposta dela foi que tinha andado de médico em médico, tinha falado com médicos conhecidos, mas o sistema era assim. Até mesmo a senhora, simpaticamente disse: "Muito obrigado, mas se o senhor fosse comigo se calhar ficava na mesma".

Sr. Secretário, é este o Sistema Regional de Saúde que temos. É esta a confusão geral, Sra. Deputada.

Não serve de nada em teoria dizer que há apenas 20% pessoas que não têm médico família. Com o devido respeito, Sra. Deputada, não são 20%. Que estatísticas são essas?

O sistema de apoio do médico de família não funciona e a situação é caótica!

Acho que estas pequenas questões servem para demonstrar que o sistema é mau e a gestão do sistema é pior.

Deputados Nuno Almeida e Sousa (PP) e João Cunha (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se trata de alguma coisa relacionada com o Corvo, o Sr. Secretário refere sempre a escola.

Gostaria apenas de lhe dizer que esse mérito não é apenas seu, Sr. Secretário.

Esse mérito é também da Câmara do Corvo e do anterior Governo Regional.

No que se refere aos especialistas, eu tenho conhecimento que há especialistas interessados e disponíveis para irem ao Corvo, mas não vão porque muitas vezes se calhar essa situação não agrada ao responsável de Saúde.

Eu pergunto ao Sr. Secretário:

Quem é que dá as ordens, é o médico do Corvo, porque a esposa é filiada no Partido Socialista ou é o Sr. Secretário Regional?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Olha que conversa!

Deputado João Cunha (PSD): Mas que conversa chata!!!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Eu ouvi com atenção a sua intervenção e, como sempre, estamos todos de acordo no campo teórico, ou seja, na teoria dos serviços diferenciados, dos serviços primários, dos 75%, dos 25% que não passam de estatísticas.

O que nos interessa aqui abordar é a situação real de como é que funciona o sistema regional de saúde em cada ilha, porque ao longo destes últimos 2 anos foram

promulgadas e publicadas várias resoluções e portarias, umas com a deslocação de especialistas às diferentes ilhas, outras com as convenções da privada e ainda as convenções das consultas no centro de saúde. Tudo isto veio também ajudar para que houvesse uma certa mistura de interesses à volta de tudo isto e é aqui que, às vezes, existem as questões de maior injustiça.

A certa altura, a senhora referiu que as portas estão abertas a partir do momento que o médico de saúde diz que necessita de ir a um cuidado diferenciado.

A questão de fundo é que a porta não está aberta e dou-lhe dois ou três exemplos:

Um utente que é acompanhado, por exemplo, por um especialista, durante 10 anos, porque teve uma doença grave, crónica, foi operado e extraiu uma vista, nesta nova filosofia, uma filosofia que foi imposta, de contenção de custos, que não atende ao bom serviço, simplesmente pretende conter custos, esta pessoa, neste momento, que tem uma consulta anual com o seu especialista, dirige-se ao centro de saúde para tratar do processo para ir à sua consulta e lá dizem-lhe que ele vai ter que esperar, porque dentro de três dias vai um especialista a Santa Maria. Ou seja, ela deixa de ser acompanhada pelo médico que a tratou durante 10 anos e que a operou. Se ela era acompanhada anualmente por alguma razão o era!

Aqui entra um outro factor e já se falou nele aqui, ou seja, há pessoas que têm possibilidades de pagar a consulta a um especialista que vai à Ilha e há outras que têm dificuldades.

Este exemplo que eu lhe dei, passa-se com um utente que se deslocava a São Miguel e pagava 5.000\$00 por uma consulta. Ao ter consulta em Santa Maria paga 10.000\$00.

Nós temos especialistas ao nível de ginecologia.

As pessoas com menores recursos, durante anos, tinham um custo menor numa deslocação a São Miguel. Elas tinham o seu médico, levavam o seu exame ginecológico, composto pelo exame e pela ecografia e que custava cerca de 8.000\$00. Neste momento têm que ir à privada a Santa Maria, porque não é permitida a deslocação, e pagam 18.000\$00.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Há pessoas que têm poder económico e quando o Centro de Saúde diz que elas têm que consultar um especialista, elas pagam a sua passagem e no dia seguinte vão ao especialista que querem. Mas há pessoas que não têm esta capacidade.

Eu dei dois exemplos aqui de dois agregados familiares cujo seu rendimento mensal anda à volta dos 40 contos.

Estas são as questões de fundo. É a filosofia do poupar, poupar, poupar e transferir os custos da saúde para o utente. Esta é que é a questão.

Eu concordo com a deslocação dos especialistas às diferentes ilhas, porque é uma facilidade que as pessoas têm de ir ao especialista, mas tem que haver bom senso da parte das pessoas que decidem localmente, que deviam estudar caso a caso e atenderem à situação da pessoa, ou seja, se é uma doença crónica, se já é acompanhada há vários anos pelo mesmo médico, e não de um momento para o outro, por uma situação apenas de economia, violentarem o utente dizendo que a partir daquela altura deixa de ter o seu especialista que o acompanha há 10 anos e passa a ter um especialista que vem à ilha para dar consultas. Esta é a questão de fundo.

Como a Sra. Deputada referiu aqui, isto não é uma questão das Flores, é de todas as ilhas onde existe apenas um Centro de Saúde. Esta filosofia foi transmitida e está instalada em todas as ilhas onde há apenas um centro de saúde.

É para esta situação que eu peço que haja algum bom senso, tal como a Sra. Deputada referiu, bom senso nas ordens que se dão e na possibilidade da pessoa se deslocar e, por outro lado, haver aqui algum senso de controlo, porque há pessoas que se estão aproveitando dessa situação descontrolável. Isto é verdade e todos nós sabemos que é verdade.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, gostava de dizer que no hospital existe, para essas situações, um livrinho em que isso se escreve,...

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Existem livros de reclamação em todo o lado, mas não resolvem nada!

O Orador: ... onde se apresenta queixa, porque nessa situação alguma coisa correu mal.

É o que eu lhe posso dizer, porque essa questão do gesso merece ser vista com alguma atenção.

Em relação à questão do médico do Corvo, gostava de dizer que afinal quem decide não é o médico do Corvo, mas sim o centro de Saúde das Flores, porque o Corvo é o posto de saúde das Flores.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Infelizmente!

O Orador: Essa teoria da tal ligação socialista, Sr. Deputado, cai por base.

Enfim, o Sr. Deputado tem o direito a acreditar naquilo que quiser e ainda bem que acredita que o Partido Socialista é quem manda nesta Região. Dou-lhe os parabéns por isso.

Em relação à outra questão aqui levantada e focada pelo Sr. Deputado José Maria Bairos, e que tem a ver com a deslocação de médicos às diversas ilhas, o que aconteceu foi que nesta altura o número de médicos que circula pelas ilhas, praticamente triplicou e o facto de haver mais médicos disponíveis também faz com que haja menos deslocações.

Há aqui duas dinâmicas e eu volto a pegar nas palavras da Sra. Deputada Fernanda Mendes para dizer que, se por um lado o facto de ir um médico à ilha é bom, as pessoas gostam que vá lá o médico, por outro, o facto de ele se deslocar lá não justifica que o Serviço Regional de Saúde pague uma passagem para a pessoa ir ao médico a outra ilha.

Das duas uma: ou temos o médico na ilha, ou temos a deslocação.

As duas, não dá!

O Sr. Deputado terá que convir que esta é que é a questão.

Quando há mais deslocações de médicos, há menos deslocações de doentes. Isto tem que ser assim, porque de outra forma, o nosso Serviço Regional de Saúde nunca mais consegue equilibrar as suas contas e nós teremos um serviço que acabará por entrar em colapso, porque tem custos incontrolláveis.

Em relação à questão de fundo sobre coordenação, Sr. Deputado, nós estamos à beira da discussão - se não me engano será na próxima sessão plenária - do Serviço Regional de Saúde e nessa altura discutiremos o actual Serviço Regional de Saúde que tem muitas deficiências que nós pretendemos corrigir.

Eu sou o primeiro a reconhecer que há muitas coisas que estão mal, mas estão mal há muitos e muitos anos e tem a ver com a própria estrutura do sistema.

Deputado João Cunha (PSD): Mas agora pioraram!

O Orador: Agora melhoraram. O Sr. Deputado, deixe-se dessas coisas!

O Sr. Deputado tem a mania de entrar sempre aqui com essas coisinhas e eu gostava de lhe dizer que nunca houve tantas consultas como agora, basta ver as estatísticas.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): É porque há mais doentes!

O Orador: Nunca houve tanta gente a ter acesso ao Serviço Regional de Saúde. O Sr. Deputado veja as estatísticas antes de falar.

O Sr. Deputado tem uma memória muito curta e pelos vistos tem um defeito, ou seja, pelos vistos não sabe ler os números e não é capaz de ver o que é que passa e como resultado disso aparece com essas afirmações aqui.

Já agora aproveito esta oportunidade para responder a uma intervenção sua feita, a alguns meses atrás, numa altura em que o Governo não tinha tempo, portanto eu não podia responder.

Deputado João Cunha (PSD): Tinha tempo, o senhor é que não quis responder!

O Orador: O Sr. Deputado aproveitou para fazer comício.

Gostava de lhe dizer que as coisas não são assim. O Sr. Deputado tem que respeitar mais as pessoas e tem que fazer sobretudo outra coisa, isto é, estudar melhor os factos em vez de vir para aqui dizer que há menos acessibilidade.

Nunca houve tanta acessibilidade. O número de consultas cresceu 30 e tal por cento nos últimos anos.

Deputado João Cunha (PSD): E por que é que não havia crescer?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): O número de doentes aumentou!

O Orador: Deixe-se dessas coisas e dessas intervenções de demagogia fácil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Cunha (PSD): Não foi essa a questão que eu coloquei aqui!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria fazer aqui uma rectificação às palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Eu não referi, do ponto de vista teórico, que falta 20% de médicos nesta Região. O que eu referi foi uma coisa muito diferente que eu gostaria de esclarecer.

Os médicos hospitalares ou os hospitais tratam de 20% das situações clínicas das pessoas de uma dada população. Foi isto que eu quis dizer.

A falta de médicos de medicina familiar é mais intensa, mais numerosa. Eu gostaria de esclarecer as coisas.

Infelizmente custa compreender que só 20% das patologias de uma dada comunidade sejam tratadas num local onde se gaste a maioria dos recursos da saúde. Isto custo aceitar e compreender.

Mas todos nós também temos essa noção, ou seja, são estes 20%, são estas instituições, que estão sempre com a tecnologia de ponta e é aqui que nós queremos que tenhamos sempre uma evolução para podermos, na nossa Região, tratar a maioria dos casos de doenças muito diferenciadas.

Também gostaria de referir, já que o Sr. Deputado referiu que afinal estes debates são importantes, não só pela matéria em si mas porque dizem respeito a algo que nos é muito peculiar e fundamental, que a nossa saúde, a liberdade que existe no nosso país, a todos os níveis e onde se pretende que as pessoas possam, na medida do possível, ser livres para concorrer e se fixar no lugar onde pretendem viver, a certa altura determinados hospitais podem ficar sem especialista numa dada área porque tinham três e dois concorreram para outro sítio.

Esta é uma situação muito delicada, porque o hospital de Ponta Delgada já esteve numa situação muito delicada no que se refere à anestesiologia.

Como é que conseguiu sobreviver até ver chegar elementos que estiveram em formação?

Solidariedade regional não era possível porque não haviam elementos, mas, em primeiro lugar, qualquer instituição pesquisa na Região se é possível um acordo de colaboração para deslocação de um técnico de um Hospital da Região a outro hospital, de uma forma alternada, para poder responder às necessidades, pelo menos as mais prementes.

De seguida, recorreremos ao Continente português.

Eu gostaria de dizer que houve uma altura que nós tivemos que publicar em vários jornais, do Continente português, para podermos ter anestesistas no Hospital de Ponta Delgada em períodos sucessivos alternando com os nossos.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Por que é que não fazem isso agora?

A Oradora: Esta é a nossa realidade.

Nós sabemos que Angra está passando por esta realidade e da mesma forma que ficou com o seu quadro muito diminuto, também desencadeou estes mecanismos até tentar que alguém concorra para o quadro de Angra do Heroísmo.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o debate já vai longe na saúde. Mais uma prova, infelizmente, de que o sistema está a funcionar mal.

No entanto, há duas coisas que me indignam sempre nesta Casa, Sr. Deputado. Uma delas como eu já referi há pouco, é o problema da percentagem e a outra é ouvir dizer que nunca se investiu tanto no Corvo.

Realmente tem-se investido no Corvo.

Quando há um debate sobre o Corvo, fala-se sempre da escola, de vez em quando da Casa da Matança, mas essa eu não chamo à baila, porque o Sr. Secretário não está aqui...

Deputado José Humberto Chaves (PS): A Queijaria!

O Orador: ... a queijaria, o porto do Corvo, mas este deve-se à vontade destes 52 que aqui estão, porque não era da vontade deste Governo, mas nós não vamos entrar nesse caminho. Cada coisa por sua vez, porque cada coisa tem o seu lugar.

O que é certo é que o Sr. Secretário sabe que quando chegou ao Governo, a terraplanagem da escola já estava feita.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não estava nada!

O Orador: V. Exa. fez a sua parte e fê-la muito bem, mas não é isso que os Corvinos querem ouvir, Sr. Secretário.

O senhor sabe muito bem que os problemas do Corvo não estão resolvidos.

O senhor há pouco dizia que três visitas num ano era o suficiente para 400 pessoas, mas gostaria de lhe dizer que não são três visitas num ano, Sr. Secretário, mas sim três visitas em quase dois anos. É muito pouco. Os corvinos não querem isso, têm direito a mais e o senhor sabe isso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sim senhor. Têm todo o direito.

O Orador: Consultas de oftalmologia, ainda não passaram por lá. Há altas especialidades que podiam muito bem passar pelo Corvo e é isso que os corvinos querem, Sr. Secretário.

É para isso que o senhor está aí, ou seja, resolver as coisas e não para dizer que nunca se investiu tanto no Corvo e está problema resolvido. É isto que indigna as pessoas.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Não está!

O Orador: Isso às vezes é quase como um escudo que o Governo quer pôr por cima de si para se cobrir.

Se o Sr. Secretário for ao Plano, pode ver que depois de retirada a verba do porto, o Corvo fica praticamente a zero no que toca a investimentos.

Eu não preciso defender aqui o meu colega, Deputado Alvarino Pinheiro, porque ele muito melhor do que sabe fazê-lo, mas como ele não estava na Sala quando o Sr. Secretário referiu que o caso dele é um caso para o livro de reclamações, se calhar, arranjava-se um livro de reclamações para todas as instituições e não precisávamos da Assembleia, Sr. Secretário. Ficava o problema resolvido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Francamente, Sr. Secretário. Isto são respostas que às vezes não nos deixam bem, ferem-nos e dizemos aquilo que temos para dizer.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para dizer-lhe também que eu conheci um cidadão desta terra que teve um acidente num pé, teve que ir ao Hospital de Ponta Delgada, mais precisamente ao serviço de urgência, foi analisado, foi engessado e foi-lhe dito que 5 semanas depois tinha que voltar ao serviço daquele Hospital. Voltou, tiraram-lhe o gesso, fizeram-lhe uma radiografia, estava em condições, voltou para Casa. Se não estivesse em condições tinha que voltar novamente.

Apenas para lhe dizer que é este o sistema que eu conheço. É este o sistema que funciona. Julgo que o seu caso é excepção.

Sr. Deputado João Greves:

O que é necessário é que realmente os médicos especialista se disponibilizem para poderem ir ao Corvo. Enquanto eles não se disponibilizarem, não há ninguém neste País, chamado Portugal, que os possa obrigar a ir ao Corvo.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Vou intervir muito rapidamente sobre esta questão apenas porque o Sr. Secretário Regional na última intervenção que fez, referiu que a deslocação de especialistas é uma opção, isto é, ou a pessoa tem um especialista na ilha e vai a ele, ou então não tem e tem que se deslocar fora da ilha. Este é o problema de fundo.

Isto deita por terra todo o conceito que tem vindo a ser discutido aqui ao longo dos anos e que a Sra. Deputada Fernanda Mendes tem defendido, ou seja, o conceito geral da importância do médico de família, do médico de clínica geral. O senhor acaba de pôr por terra todo este conceito.

O doente vai ao seu médico de família, porque o médico de família conhece a sua história clínica. Ele diz que deseja fazer uma consulta - e temos os casos que eu exemplifiquei aqui - porque é acompanhado por um especialista há longos anos numa doença que podemos considerar crónica.

O médico de família decide que ele deve deslocar-se a Ponta Delgada ao seu especialista e quando o doente chega aos serviços do Centro de Saúde, o conselho de administração não autoriza a deslocação e encaminha-o para uma consulta de oftalmologia dois dias depois na Ilha de Santa Maria.

Deputado Francisco Sousa (PS): É isso mesmo!

O Orador: O médico de família, nesta situação, deixa de ter poder e de ter alguma decisão sobre a doença do doente.

Deputado Francisco Sousa (PS): Vá à junta médica!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco Sousa diz que é isto mesmo, mas V. Exa. sabe que o oftalmologista que se desloca a Santa Maria, para começar, pode não ter conhecimento da história clínica do próprio doente.

Deputado Francisco Sousa (PS): Tem!

O Orador: É uma doença crónica que se vem arrastando há anos, vem sendo acompanhado por um médico completamente diferente e os senhores há três anos atrás defendiam todas essas questões.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não senhor, nunca me ouviu dizer isso!

O Orador: Nestas questões da saúde defendiam tudo aquilo que acabei de dizer e aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão. Neste momento, já nada disto tem validade.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é verdade!

O Orador: A questão que se põe aqui é esta, principalmente.

Eu estou apresentando isto da melhor forma, porque não se pode aplicar uma regra geral nessas questões.

A questão de fundo é esta. É haver excepções conforme o doente que é atendido.

O que temos verificado é que as instruções e as directivas que têm chegado aos centros de saúde é que quando houver determinada especialidade as pessoas têm que ser atendidas pelo médico que se desloca à ilha e todas as instruções que vêm do médico de família, que conhece a história clínica do doente e que julga que ele deve ir ao especialista que o acompanha ou a um especialista que por qualquer razão ele acha que é aquele o ideal, mas que está noutra ilha, não é autorizado o transporte do doente, nem a sua deslocação a outra ilha, porque há directivas no sentido de não haver estes custos.

O problema principal que se coloca aqui não é tratar da saúde das pessoas, não é dar oportunidade às pessoas de escolherem o especialista que o acompanha há anos e que continua a acompanhar. O que há aqui é uma filosofia de fundo que é gastar o menos possível e, tudo aquilo que for possível transportar para cima do utente, em termos de custos, deve ser transportado. Os exemplos que eu dei aqui são claros.

Os utentes, neste momento, têm grande parte dos custos da saúde devido a todo esse sistema em que as consultas são a preços astronómicos. Eu não acuso o médico, porque ele está trabalhando na privada e tem o seu preço de consulta, só que este custo vai para cima do utente e estamos aqui a transferir os custos que deviam ser do Serviço Regional de Saúde para o utente. Alguns deles, não têm capacidade económica para poderem suportar este custo e o que acontece é que às vezes nem vão à consulta, porque não têm dinheiro para a pagar.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Nunca ouvi isso!

O Orador: Nunca ouviste porque tens dinheiro para pagar!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o debate já vai longo e eu não contava intervir, mas vou dar uma pequena explicação ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Eu não tenho conhecimento de nenhum especialista ter vontade de ir ao Corvo e sei que não se pode obrigar ninguém, mas segundo o que disse o meu colega, ele tem conhecimento que alguns especialistas estão interessados em ir lá.

Se eles estão interessados em ir ao Corvo, qual a razão que eles não vão?

Ele até invocou outros problemas e tem as suas razões para os invocar. Se é esse o problema, eu não sei, mas ele saberá.

O que é certo foi que ele disse que tinha conhecimento que haviam alguns especialistas que estavam interessados. Eu não tenho conhecimento, mas espero que eles se desloquem lá. É só isso que eu defendo aqui, mais nada.

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso também já lhe foi explicado!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa caracterizou bem este sistema e acho que fez uma excelente síntese: este é o sistema que permite que uns sejam bem atendidos, tenham o seu problema resolvido e outros, nas mesmas circunstâncias, com o mesmo tipo de problema, não o têm resolvido.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade. Foi o senhor que o disse aqui dentro.

Eu espero que a denúncia que aqui fiz em relação à senhora de São Mateus que foi tratada da forma como eu apresentei pelo Sistema Regional de Saúde sob gestão do Partido Socialista, não se repita. Em relação à outra parte do exemplo, foi pena que não tenha sido o próprio Sr. Deputado Francisco de Sousa a não ver o seu problema resolvido, quando andou com a sua pernina engessada.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não foi. E se fosse eu também pago impostos como os outros!

O Orador: Mesmo que não tivesse sido o Sr. Deputado Francisco Sousa, eu queria dizer que essa caracterização foi muito bem feita aqui perante o Sr. Secretário Regional, Álamo de Meneses, num artigo do jornal que eu aqui trouxe e citei — hoje não o tenho comigo, mas julgo que todos temos presente as palavras — em que dizia que o Sr. Secretário referiu publicamente que estávamos perante um sistema que só aqueles que tinham influências e amigos é que se safavam, os outros, os pobres, aqueles que não têm influência, morriam à míngua.

Deputada Berta Cabral (PSD): Exactamente!

Deputado António Meneses (PSD): No meu tempo não era assim!

O Orador: É este o sistema que os senhores estão a gerir.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai de um modo especial para o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

O Sr. Secretário mesmo que não tivesse tempo para me responder, quando eu fiz a minha intervenção que aludiu aí neste debate sobre a questão da saúde, nunca teria feito o papel que fez, ou seja, sair da sala. Se não tivesse saído da Sala, talvez hoje não estivesse aqui a dizer coisas ou a dar respostas àquilo que eu não disse.

O Sr. Secretário ao sair da Sala cometeu o primeiro erro e o segundo foi não ter assistido à minha intervenção e vir agora para aqui dar respostas àquilo que eu nunca disse.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu, na minha intervenção, não falei no número de consultas. Para que fique esclarecido, o senhor releia-a porque ela está no Diário das Sessões.

Mas já que usei da palavra, gostaria de lhe dizer que se o número de consultas aumentou, isto é lógico que se verifique. Gostaria de dar uma achega para que o senhor fique a saber de certas coisas, uma vez que não sabe o mínimo daquilo que se passa na saúde, pois o senhor demonstrou que não percebe nada deste assunto.

Sr. Secretário:

O senhor ouça com atenção para dar novamente respostas mal dadas.

Já foi aqui levantado o problema da ida de especialistas às diversas ilhas, inclusivamente à Graciosa já forma alguns.

De hoje em diante, o senhor fique sabendo que três especialistas ofereceram-se para ir à Graciosa e os seus serviços negaram essa ida. O senhor tem conhecimento disto?

Deputado Francisco Sousa (PS): Agora!

O Orador: Responda-me por que é que negaram essa ida àquela ilha.

O senhor está habilitado a esclarecer este plenário por que é que negam, a determinados especialistas, a sua ida à Graciosa.

Deputado José Maria Bairos (PSD): A filosofia da Graciosa é diferente!

O Orador: As deslocações são só para amigos, Sr. Secretário?

Se calhar é por isso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): O senhor deixe-se disso! Não entre por esse caminho!

O Orador: Fico-me por aqui Sr. Secretário.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): É melhor.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria fazer aqui um elogio, pelos vistos, ao serviço hospitalar. Nós estamos a confundir um bocadinho as coisas.

Nós sabemos que, infelizmente, existem aspectos e reclamações pontuais do atendimento de doentes que têm a ver mais com o serviço do que propriamente com a carência de especialistas. Outras vezes tem a ver com a carência ou com o número diminuto de especialistas e a resposta é difícil.

Nós estamos tendo um serviço, e assim é que deve ser, em que o indivíduo entra pela urgência, é tratado, colocado o gesso e imediatamente como tem que ser visto e tirado aquele gesso — uma sequência daquele acto urgente — é marcado um dia para ir novamente ao hospital.

Se isso não aconteceu em Angra do Heroísmo, tem que haver uma reclamação porque isto tinha que ser feito.

É verdade que se há especialistas em número diminuto, algumas pessoas vão estar em lista de espera para aquelas consultas programadas, porque entretanto o tempo foi gasto com essas urgências. É assim que tem que ser quando as coisas funcionam, pelo menos, razoavelmente bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois das várias intervenções que foram feitas tanto pelo Sr. Secretário Regional como pela Sra. Deputada Fernanda Mendes, que intervém sempre nesta discussão para dar a conhecer à Assembleia o que pensa sobre esta matéria, eu julgo que é fácil concluir, depois desta discussão e de outras que têm ocorrido, que há aqui dois conceitos completamente diferentes sobre a saúde da Região. Da parte do Sr. Secretário um pouco irrealista e da parte da Sra. Deputada altamente pedagógica.

Deputada Ana Carolina (PSD): Irrealismo e pedagogia.

Presidente: Vamos retomar as nossas intervenções.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora tenha estado a exercer, nos últimos tempos, o meu mandato de Deputado Regional como independente, honro-me da minha qualidade de militante do Partido Popular. As minhas atitudes nas votações no Parlamento dos Açores confirmam que não estive, porque em consciência não poderia estar, contra o projecto do CDS/PP que ao longo dos anos ajudei - e em consciência não podia dizer: ajudei bastante - a construir.

Considero por isso inaceitável que algum militante do meu Partido se utilize da qualidade de dirigente de ilha e assumam atitudes que só podem servir aos nossos adversários políticos, dividir o Partido Popular e destruir o CDS/PP na Ilha de S. Miguel.

Quero reafirmar que o crescimento do Partido Popular nos Açores passa pelo crescimento do Partido Popular na Ilha de S. Miguel, mas todos os militantes conscientes do CDS/PP no meu círculo eleitoral — que são a esmagadora maioria — não querem que isso se faça à custa da destruição da unidade do Partido nos Açores.

O Partido Popular tem Órgãos Regionais eleitos democraticamente e legitimamente em congresso. O palco para o exercício da democraticidade interna, que defendo e continuarei a defender, está nos órgãos do Partido, não está na praça pública.

Quero louvar, porque considero adequada, a atitude dos Órgãos Regionais do Partido Popular, em se mostrarem disponíveis para a extensão ao círculo eleitoral dos Açores da Alternativa Democrática, nas eleições para a Assembleia da Republica. De outra forma não poderia ser. Esta estratégia foi aprovada no último Congresso Regional do CDS/PP nos Açores, com a votação inequívoca de uma moção da qual fui um dos subscritores e insere-se na estratégia nacional do Partido Popular, aprovada em Congresso Nacional.

Acresce que a estratégia nacional do CDS/PP e os seus actuais dirigentes nacionais do Partido, foram votados por alguns dos que hoje, de forma provocatória e inconveniente, estão publicamente contra o que ainda recentemente aprovaram e de forma entusiástica.

Considero que é politicamente relevante a atitude que os dirigentes regionais do Partido Popular tomaram, no passado fim de semana, ao porem fim ao acordo de incidência parlamentar com o PSD. Com essa atitude, o Grupo Parlamentar do CDS/PP, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, fica agora completamente livre, como sempre defendi, para executar o projecto que assumiu perante o Povo dos Açores em 1996.

O compromisso de manter o diálogo com o PSD permitirá que no futuro e como sempre, os superiores interesses dos Açores estarão sempre em primeiro lugar e que a eficácia da Assembleia Legislativa Regional, como primeiro Órgão da Autonomia Regional, será sempre prestigiada.

Considero que algumas atitudes assumidas por responsáveis do Partido Socialista, relativamente ao actual Presidente da Assembleia, só se podem inserir, exclusivamente, numa execrável guerrilha entre ilhas. A atitude do Presidente da Assembleia, ao submeter-se a uma moção de confiança, é de grande dignidade e distingue-se, pela positiva, da atitude do Governo e do Partido Socialista em matérias análogas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado!

O Orador: Reafirmo o meu apoio ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Eng. Humberto de Melo.

Se alguma dúvida algum dia existiu sobre os meus compromissos, ficará hoje claro que os meus únicos compromissos são com o Povo dos Açores, principalmente com a população da Ilha de S. Miguel por onde fui eleito, e com o CDS/PP. Por isso nunca cedi a pressões, independentemente de virem de um lado ou de outro!

Que fique bem claro que o meu projecto é o do Partido Popular, um projecto para o País, um projecto para os Açores.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É difícil conter o riso depois de uma intervenção destas.

Nos termos do nosso Regimento, e segundo o seu artigo 92.º, o Período de Antes da Ordem do Dia destina-se a tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região.

Nós acabámos de assistir a uma intervenção que estaria bem na Comissão Política do PP, na Comissão Regional do PP ou no Congresso do PP. Na Assembleia Regional só pode dar vontade de rir.

Deputado Herberto Rosa (PS): *Muito bem!*

O Orador: E dá vontade de rir porque não tem nada a ver com isto, vem fora de tempo e não tem nada a ver com o Sr. Presidente da Assembleia, porque não é isso que está em causa.

Isto só se justica pelos saltos que o Sr. Deputado Nuno Barata anda a dar de dentro para fora e de fora para dentro do Grupo Parlamentar do PP.

Para nós, isto só nos dá vontade de rir.

Isto é um circo!

O que se está a passar nesta Assembleia só pode ser um circo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um breve comentário, porque acho que, em certas situações, é bom exprimir o contraste de posições entre partidos.

Naturalmente que não me cabia, enquanto Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, comentar a vontade do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa de participar no Grupo Parlamentar ou não, nem de qualquer outro deputado desta Casa. Isto são opções pessoais e políticas que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD não comenta, sejam elas do PP, do PCP ou do PS.

Por isso, levanto-me nesta Casa para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entende que o Deputado Nuno Almeida e Sousa tem o direito de fazer as opções e as intervenções que entender e nós não as consideraremos, certamente, nunca como um circo,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Há pouco os senhores saltaram em cima do Sr. Deputado Augusto Elavai por causa de uma intervenção!

O Orador: ... porque na verdade, cada Deputado traz a esta Casa os assuntos que bem entende. Devo lembrar que assuntos partidários já foram por diversas vezes falados nesta Casa.

Os partidos são a base da democracia. É uma democracia que assenta em partidos.

Trazer questões partidárias ao Parlamento, não é trazer questões menores.

Isto não significa que eu subscrevo ou deixo de subscrever as opções do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa. As que são pessoais e internas nunca faremos nenhum comentário, sejam favoráveis ou desfavoráveis ao PSD ou aos seus interesses.

Por isso, gostaria que ficasse bem claro, até porque esta posição também suscitou alguma curiosidade da comunicação social, que me levanto não para exprimir nenhuma solidariedade e muito menos para defender quem eu não tenho nada que defender, mas para dizer que na opinião do Grupo Parlamentar do PSD não se tratou de um circo. Trata-se sim de uma intervenção, como muitas outras, e certamente que eu respeito as decisões que, no plano pessoal e político, são tomadas por qualquer deputado nesta Casa.

Aliás, o Partido Social Democrata já fez isso em outras situações em que as opções de alguns Deputados, ao passarem a ser deputados independentes, tiveram consequências com outra ressonância pública e o PSD, deste então, sempre soube

comportar-se nesta matéria reconhecendo que todos têm o direito de fazer as opções que bem entenderem. Para nós, têm sempre a nossa consideração pessoal.

Quanto às questões políticas estamos aqui para debatê-las.

A intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa merece, do Grupo Parlamentar do PSD, este comentário, que também é estimulado pelo contraste que é preciso estabelecer na reacção de dois Grupos Parlamentares a uma mesma decisão de um deputado do Partido Popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo mais uma vez a esta tribuna para vos trazer a esta Casa muitas das preocupações da população Jorgense que me elegeu, e que considero que vivemos em São Jorge sob:

"UM EMBARGO SOCIALISTA À ILHA".

Decorridos que são, dois anos e alguns meses desde que o PS é Governo a Ilha de São Jorge está sob embargo.

(Risos do Secretário Regional da Economia)

Talvez porque a ilha é muito laranja?!

Talvez porque o PS entende que "chão que dá laranjas não crescem rosas"?!

(Risos da Câmara)

Talvez porque o PS não respeita nada nem ninguém e não aceita que, democraticamente, os Jorgenses elegeam os seus representantes, de outra cor partidária?!

Talvez porque investimentos em S. Jorge, não tem o "PAY BACK" em número de votos no PS?!

A Ilha de São Jorge neste "**reinado socialista**" é comparável a Cuba ou ao Iraque,...

Deputado António Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... no nosso caso deixam-nos exportar queijo e carne para podermos comprar pão e medicamentos apenas e só.

O investimento por parte do Governo PS na Ilha é nulo!

Quem me estiver a ouvir poderá pensar que não estou a falar de uma ilha que é de um arquipélago que faz parte de um Portugal Democrático... mas é Senhores Deputados!!!

No catecismo "**Carlos César - Uma Nova Autonomia**", numa entrevista a um Jornal semanário de 26 de Janeiro de 1996, Carlos César afirmava "Queremos Governar para socialistas e para não socialistas."

Passados 3 anos desta afirmação viemos constatar que cada vez há mais "**JOBS**" para mais "**BOYS AND GIRLS**" e nas Ilhas mais "**PINK**".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas alguns exemplos para justificar o descontentamento das populações Jorgenses em relação ao presente e às poucas prespectivas de um futuro melhor e mais risonho.

MATADOURO DA ILHA DE SÃO JORGE

Anulado por este Governo pela Resolução n.º 9/98 que foi a construção de um novo matadouro no valor de cerca de 300.000 contos, com a promessa (falsa promessa) de remodelarem o matadouro existente na ilha, mas assistimos a uma total inércia que até esta data nada foi feito neste sentido.

Ouvimos o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a anunciar a construção de novos matadouros e beneficiação de outros, para que a Região tenha efectivamente uma boa rede Regional de Abate.

Perguntamos: E em São Jorge? Quando se vão iniciar as obras de remodelação no matadouro da Ilha?

É ou não embargo?

PAVIMENTAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESTRADAS

Foram interrompidos os trabalhos de reabilitação num troço com apenas 1.350 m entre Santo António e terminus no Cruzamento com a Transversal, no final do ano passado.

As populações daquela localidade têm sofrido com a inércia deste Governo, e exigimos que esta situação se resolva o mais rapidamente possível.

Perguntamos se à semelhança do que acontece com a Marina de Angra e da Horta, também este Governo encontrou algum "Achado Arqueológico" neste troço de estrada?

(Risos da bancada do PSD)

Não nos atirem areia para os olhos!

Perguntamos também para quando a correcção e reabilitação do troço de estrada Urzelina-Aeroporto?

É ou não embargo?

SECTOR COOPERATIVO LEITEIRO DE S. JORGE

Onde estão os tão apregoados 40 milhões de contos para a agricultura?

O Sector Cooperativo Leiteiro de São Jorge continua a ser discriminado em relação às ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, recebendo estas um subsídio de 1\$50 por litro de leite.

Afinal somos todos iguais, mas para este Governo, uns são mais iguais do que outros. Poderão dizer-me que esta discriminação também existia no Governo anterior. Verdade. Também na altura levantei a minha voz contra essa discriminação.

Mas o Partido Socialista além de manter a discriminação **umentou-a**, porque em vez de 1\$00 por litro de leite, passou a subsidiar 1\$50 por litro de leite.

Os caminhos de vocação agrícola estão intransitáveis!

Numa ilha, onde o seu maior pilar económico é o Queijo São Jorge, fabricado a partir de leite cru, que se exige a máxima higiene para obtenção de boa matéria prima (o leite) é necessário haver empenho por parte da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, no ensaibramento dos locais de ordenha bem como no acesso às explorações.

A Ilha de São Jorge está a um passo de entrar na classificação do leite que, em meu entender, é importantíssimo, não só porque melhora a qualidade do leite, mas também por ser uma forma de compensar mais aquele produtor que melhor trabalha.

Mas para exigir, também é necessário dar condições de trabalho aos produtores de leite.

Perguntamos também ao Senhor Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente:

E o tão falado "**Fundo de Maneio**" para quando esse apoio?

O Sector Cooperativo Leiteiro de São Jorge, devido às novas regras e agressividade do mercado atravessa alguma crise.

Passemos a palavra "**solidariedade**" à acção e não apenas em discurso.

É ou não embargo?

TURISMO - TRANSPORTES MARÍTIMOS

No turismo e associado a ele estão os transportes marítimos.

Sobre esta matéria este Governo "Navega à vista". Estou convencido mesmo que nem carta de marinheiro tem ou sabe nadar!

Decorridos que são 3 anos de experiências com embarcações e considerando que no último ano os transportes marítimos actuaram bem,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Oposição é assim.

... não compreendemos, porque é que nesta data ainda os agentes turísticos não sabem se:

Temos barcos?

Deputado Francisco Sousa (PS): Não ter!

O Orador: Quantos são?

Que viagens fazem?

Em que horário as fazem? etc.

É um tal navegar à vista!!!

Assim não chegamos lá!

Outro empreendimento importantíssimo e ligado ao turismo é o Porto de Recreio das Velas!

Foi promessa eleitoral e é considerado, sobretudo, um investimento para o desenvolvimento do turismo e tendentes à criação de empregos que permitam a fixação de jovens em São Jorge.

É ou não embargo?

HABITAÇÃO

O sector de habitação tem uma grande influência na estabilidade e na criação de um ambiente favorável para uma integração positiva da pessoa humana na sociedade.

A inexistência de uma habitação condigna, tem assim repercussões nos indivíduos a nível social, sob os mais variados aspectos.

Muito tem o Senhor Secretário Contente, falado de habitação e mais habitação!

Mas das palavras às obras vai uma distância de "**Anos Luz**".

Exemplo:

- Reconstrução na Ilha do Faial! Uma vergonha imensa! Ou será que a senhora Secretária de Estado da Habitação tem opinião contrária?

Até na ilha de São Jorge, onde a Secretaria da Habitação ou CPR, consideraram apenas 11 casos, estes continuam por resolver. Já lá vão 8 meses do sismo.

Assistimos a um "Empatar" na resolução destes problemas.

Há sempre a falta de mais um documento, ou um documento a mais.

É um tal "baralhar e voltar a dar".

É ou não embargo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desafio o Grupo Parlamentar do PS que é pródigo em cantar e louvar o seu Governo que diga aqui e agora por exemplo em São Jorge:

- Quantas escolas estão a ser construídas?
- Quantos Portos estão em obras ou em construção?
- Qual o troço de estrada está a ser reabilitada?
- Que caminho de vocação agrícola está a ser rompido?
- Que edifício polivalente está a ser construído? etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Nada está sendo feito!

É o embargo TOTAL!!!

Tudo leva a crer que o PS só falará em São Jorge no início do ano 2000 (próximo ano) de acordo com o seu calendário eleitoral.

Resta-nos pois a esperança que será uma certeza de que no ano 2000 o Partido Social Democrata será novamente Governo e então os Jorgenses poderão sorrir novamente com a certeza que terão um progresso solidário a que tem sido vedados pelo PS.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): Ó António, eu não sei como é que tu te safas desta!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre entendemos que, para se estar e actuar na política dum forma minimamente correcta, devemos desenvolver a nossa actividade sempre com uma postura franca e sincera e encarando a resolução dos problemas da sociedade, com uma atitude sempre pela positiva.

Outros assim não pensam, nem actuam. Não gostam de construir e só encontram na actuação dos Governos, pontos negativos. Quase nunca, ou mesmo nunca, os vemos realçar um pequeno acto, por mais pequeno que seja, a favor da Governação. É pena e assim perde a sociedade que os elegeu e perdemos todos o contributo que, com certeza até poderia ser válido, se quisessem fazer *política positiva*.

Quem assim actua, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, arrisca-se a cair em julgamentos precipitados.

Alguns exemplos, entre vários:

- No plenário deste Parlamento, de Setembro de 1998, referindo-nos ao 10º aniversário do Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, reivindicámos, como aliás tínhamos prometido às entidades então aí presentes, e cito: o "...correcto enquadramento legislativo que lhes permita (às três estruturas museológicas da ilha) uma nova orgânica consentânea com a sua própria identidade e que potencie a sua auto-organização técnico científica de modo a não mais continuarem acorrentados a

uma orgânica que, se é eficaz noutras ilhas, no Pico, ... não faz sentido" . No plenário de Outubro, fizemo-nos eco da aceitação desta nossa pretensão, da parte do Sr. Director Regional da Cultura, com o anúncio da elevação da estrutura orgânica do Museu do Pico a Museu Regional e agora, nas Jornadas Parlamentares que o nosso Grupo Parlamentar realizou no Pico, foram já trabalhadas as propostas de Decreto Legislativo Regional que o consagram, bem como a da criação da Casa de Cultura do Pico. Aí está a sequência política positiva.

Mas, não são esquecidas, outras situações já anunciadas e assim, o Grupo Parlamentar do P.S. abordou:

- A situação e as intenções futuras do Governo, relativamente à instalação duma Residência/Oficina de Artistas e possivelmente a Rede de Leitura Pública, no Convento de S. Pedro de Alcântara, de S. Roque, e considerou da maior importância e a inclusão em futuro Plano da Região, a instalação, na antiga fábrica da Baleia das Lajes, de uma exposição permanente sobre a biologia do cachalote do Prof. Malcom Clark, o que vai contribuir decisivamente para que o Pico e a nossa Região seja considerada, um dos melhores e o mais procurado **Centro da Baleinologia**, a nível mundial.

- Sobre o Património Baleeiro, é ver-se o entusiasmo com que está trabalhando uma "Comissão Executiva", sugerida pela tutela e entretanto designada pelos membros que compõe a Comissão Consultiva a que se refere o art. 12º. do D.L.R. nº 13/98/A de 4 de Agosto, porque essa Comissão sabe que é ela que irá propor a distribuição dos apoios financeiros, contidos na dotação do Plano da Região para esse fim. É com gosto que realçamos, desta tribuna, esta atitude do Governo.

- Abordemos também outra questão: a *Transmaçor* vai propor a construção de um "ferry-boat".

Ainda bem que tal irá acontecer, já que, quando aqui tratámos as Jornadas para o Desenvolvimento de S. Jorge, Faial e Pico, em Novembro último, demos notícia da ideia que o Sr. Secretário Regional da Economia - Duarte Ponte, havia lançado à *Transmaçor*, nessas Jornadas, para que em 1999 preparasse um projecto de construção de um **barco-ferry** (passageiros e viaturas), para operar na ligação diária

das ilhas do Triângulo e a ser candidatado, com o aval do Governo, ao III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia.

Por isso, congratulamo-nos pela concretização desta ideia, por parte da *Transmaçor*, como aliás lhe competia.

Por outro lado, permitam-nos os ilustres Srs. Deputados de São Jorge um pequeno parêntese: não podemos concordar com o articulista do *Correio de S. Jorge*, com o título da edição de 5 de Março: **Adeus Triângulo**, só porque esteve alguns dias sem se realizar a viagem da *Transmaçor* das Quartas-feiras. Com todo o respeito afirmamos que, pela nossa parte, não houve um olhar passivo e, preferimos fortalecer um **Triângulo** com muitas realizações como esta agora, de que é protagonista a *Transmaçor*, mas que também não se fique só pelo sector dos Transportes, como muito bem o são testemunho, as Jornadas de Novembro último.

Se é difícil, Sras. e Srs. Deputados, acreditar em projectos-promessas, então quando as concretizações se vão sucedendo, também se pode e deve dar o benefício da dúvida ao Governo, para que, a seu tempo, as restantes promessas encontrem realização.

Ao contrário do que se passava noutras eras, este Governo **assumiu a ampliação do Aeroporto do Pico**.

Foi publicado, no Jornal Oficial de 2 de Fevereiro último, o Despacho do Sr. Secretário da Economia que explicita e cito:

"Considerando que o aeródromo do Pico necessita de alterações das actuais infraestruturas de construção civil da pista e *strip* de modo a permitir a operação de aeronaves do tipo Boeing 737-300 nas rotas Pico-Porto, Pico-Lisboa e Pico-Faro, **sem penalizações, — repito, sem penalizações —** e aumentar a operacionalidade das actuais aeronaves da SATA, ... determino: ... Adjudicar à ANA, EP... a elaboração do projecto para as alterações das actuais infraestruturas... da pista e *strip* de modo a modificá-la para um comprimento de **referência**, de 1550 m, **(repito, comprimento de referência)** com a ampliação para o lado oeste da actual pista e a regularização do *strip* em toda a sua extensão de modo a passar para 150 metros, permitindo, assim, a operação de aeronaves do tipo B737-300 nas rotas já referidas, **sem penalizações...**".

Esta é, Sras. e Srs. Deputados, outra decisão importante deste Governo que nos apraz sublinhar mais uma vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui deixar bem vincado, o orgulho legítimo duma ilha e das suas gentes, que se sentiram muitíssimo honradas, com a atribuição, pelo Ministério da Cultura, de uma bolsa anual de criação artística à escritora picarota JUDITE JORGE, que, nas palavras do Sr. Director Regional da Cultura, e cito com a devida vénia, "constitui hoje uma grande esperança para o rejuvenescimento da literatura nos Açores, bem como a implementação e reconhecimento da mesma nos meios literários nacionais".

O nosso Abraço amigo à Judite Jorge, essa menina do lugar das Pontas Negras, freguesia das Ribeiras, concelho das Lajes do Pico, a quem um dia, quando lhe deu aulas na Preparatória da Vila das Lajes, o Professor Dias de Melo profetizou um futuro brilhante nas letras desta Região.

Esse vaticínio está-se cumprindo felizmente, para honra e orgulho de todos nós, Açorianos.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e dos Srs. Deputados António Meneses e Manuel Brasil)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate é suscitada pela intervenção do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e por uma afirmação que ele aqui fez com a qual, de resto, me regozijo, de que a Transmaçor irá, candidatando-se a apoios do III Quadro Comunitário de Apoio e com o aval do Governo, obviamente, tentar construir um ferry para operar no triângulo.

A questão que eu queria colocar aqui, aproveitando a presença do Sr. Secretário da Economia, era a seguinte:

Em tempos passados ouvi o Sr. Secretário afirmar aqui, com grande determinação, que até ao fim do ano — suponho que era do ano 98 — se procederia, sem qualquer espécie de dúvida, à privatização da Transmaçor.

O ano de 98 já passou, o de 99 está a decorrer.

Se fosse possível o Sr. Secretário esclarecer-me, gostaria de saber qual a situação que nos encontramos, neste momento, relativamente à privatização da Transmaçor e como é que essa eventual privatização se coaduna com este projecto da Transmaçor em construir um ferry com o apoio do Governo Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

A resposta é simples.

Nós temos feito diversos contactos com a Transmaçor, principalmente para fazer um estudo exacto de quais as dívidas que essa empresa tem com a Região. Também feito a avaliação do património e quando acertarmos contas definitivas — isto está um pouco mais atraso do que aquilo que desejaríamos, mas a culpa não é nossa, porque trata-se de uma empresa que tem alguma dificuldade em apresentar as contas a tempo e horas, mas a situação está num bom caminho — vamos prosseguir com aquilo que está no programa, ou seja, a alienação da parte do capital que temos na Transmaçor.

Está um pouco atrasado mas está no bem caminho.

Eu julgo que a Transmaçor tem muito a ganhar com a entrada de um privado ou com a compra das acções do Governo, por parte dos investidores existentes, e passa a ter uma forte participação nos transportes marítimos de passageiros, principalmente na zona onde ela está mais vocacionada, ou seja, nas ilhas do Grupo Central.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É nas pastagens dos Serviços Florestais que aqueles que não têm terra própria, ou não possuem área suficiente, colocam os seus animais, durante alguns meses, nomeadamente no Verão.

Ao longo dos anos, vinham sendo postos à disposição, pelos serviços agrícolas, os touros reprodutores, que nestas pastagens "cobriam" as vacas leiteiras na altura própria e com garantias de qualidade.

Porém, nos últimos anos, tem acontecido que, durante um período importante, cerca de 500 vacas, têm ficado privadas de touro reprodutor nas referidas pastagens, o que se tem traduzido em prejuízos elevados para os nossos agricultores.

Perante esta situação, e como era minha obrigação, alertei, em devido tempo, o Senhor Secretário Regional da Agricultura para o facto, e apresentei, em Setembro do ano passado, nesta Casa, um requerimento, ao qual só ontem recebi a resposta, embora já imaginasse o seu conteúdo.

A inseminação artificial que é apontada como solução, não tem resultado nas Flores, vá o Governo averiguar porquê. A prova está aqui: um abaixo-assinado que entrego ao Senhor Presidente da Assembleia para que faça chegar ao Governo as justas pretensões dos agricultores das Flores.

Disse. Muito obrigado.

Deputados Manuel Azevedo e João Cunha: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

(Neste momento foi entregue na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o respectivo abaixo-assinado)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

O assunto que o Sr. Deputado José Francisco Fernandes aqui trouxe já foi por várias vezes aqui colocado e preocupa os agricultores das Flores. Eu penso que este assunto deve merecer alguma atenção.

Durante muitos anos, nas pastagens da administração florestal das Flores, era fornecido touro no apascentamento livre que aí se verifica.

Desde há dois ou três anos a esta parte, isto não acontece e há quem afirme ser por motivos económicos, o que da nossa parte colocamos algumas dúvidas.

O apelo que eu faria era no sentido da Secretaria Regional e a Direcção Regional da Administração Florestal poderem equacionar o assunto, estudá-lo, munir-se de dados técnicos necessários que, segundo creio, não têm para chegarem à conclusão de que é impossível, numa manda de 300, 400 ou 500 vacas, fazer a detenção de cios para inseminação artificial.

Uma situação tão simples como adquirir um touro, poderá custar hoje no mercado 200 ou 300 contos e colocá-lo na Ilha Flores é fácilimo.

O apelo que eu faria era no sentido de que esta situação fosse resolvida de uma vez por todas e que não se procurasse criar motivos, intervenção ou acção política em relação a uma circunstância que com três centenas de contos, pode ser resolvida.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão não é nova.

Como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, de algum tempo a esta parte, ela está na ordem do dia junto da lavoura das Flores e como a ilha das Flores é uma ilha pequena, de há tempos a esta parte que se sabe da preparação do abaixo-assinado.

Porque temos por princípio investigar, apurar e saber o porquê das coisas, obviamente que contactámos os Serviços de Desenvolvimento Agrário para tentar saber exactamente o que é que estava em causa, até porque existiria a acusação infundada — desde já deixo isto expresso — de que seria por uma espécie de birra ou teimosia, do responsável pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário, que não haviam touros nas pastagens.

Não me vou alongar em pormenores, porque o que importa reter é o seguinte:

Nós temos um pique, no período de Verão, em que não há touros nas pastagens e existe apenas a inseminação artificial. A partir de Setembro o efectivo diminui e nessa altura existem touros nas pastagem.

Se eu vos dissesse aqui as razões técnicas por que isso acontece, talvez isto se tornasse uma espécie de filme para mais de 18 anos, por isso eu não vou entrar por aí. Porém, gostaria de dizer que já os Serviços de Desenvolvimento Agrário perderam vários touros, porque o número de fêmeas é demasiado elevado para um touro só — ponto.

(Risos da Câmara)

O Engenheiro responsável pelos serviços, disse-me, e isto é verdade, que ao fim de uma semana o animal "rebentou" — ponto.

(Risos da Câmara)

Realmente é um momento de humor, mas tem alguma questão por detrás. Ainda bem que estamos a descomprimir, mas a questão é um pouco mais complexa.

Aqui, Sr. Secretário, há que fazer mais alguma coisa.

Acontece que, progressivamente, as vedações das pastagens dos Serviços Florestais têm vindo a ser alargadas, a compartimentação deixou de existir. Os arames se calhar não estão nas condições que deviam estar, especialmente no Verão, com a sede — os tanques entopem com muita facilidade quando num compartimento não existe água — elas encostam-se à vedação, rebentam-na e passam para o outro lado e aqui põem-se algumas questões: a primeira, refere-se às compartimentação das pastagens e a outra é a que se prende com o número de efectivos em cada secção.

Também há que ter em conta o outro lado dos lavradores, porque há produtores e lavradores que estão empenhados, decisivamente, no melhoramento genético dos seus animais.

Esses, quando o gado entra nas pastagens, normalmente em Junho, escolhem o tipo de inseminação que pretendem fazer às suas vacas o que, obviamente, com um touro à solta não é de forma alguma possível de controlar — ponto.

Gostaria de dizer que esta situação é importante e pode ser tratada com mais ou menos ligeireza, mas é um assunto que não pode ser visto com entusiasmo de abaixo-

assinados, nem com empolamentos não fundamentados tecnicamente, porque há razões para as coisas acontecerem.

Os Serviços de Desenvolvimento Agrário, poderiam adquirir, não um, mas se calhar uma dúzia de touros para os serviços. Se calhar isso até poderia custar meia dúzia de milhares de contos. Não sei quanto é que custa, mas uma coisa é verdade, fora do período em que o gado está a ser apascentado, não há como sustentar e fazer o manejo desses animais.

Logo, a solução passa, quanto aos serviços — e a mim a explicação que me deram basta — por duas questões: por um lado, a compartimentação das pastagens e, por outro, pela sensibilização e reforço dos meios humanos dos serviços florestais, nomeadamente dos tratadores de gado, o aumento do efectivo e a sensibilização para estas questões.

Uma última nota, e deixo a pergunta:

Em qual outra ilha dos Açores é que são os serviços oficiais a garantir este serviço?

A ideia que eu tenho é que nas outras ilhas são as associações agrícolas e os lavradores que se organizam para resolver o assunto.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse há pouco eu não vou entrar em aspectos técnicos.

(Risos da Câmara)

O problema da manutenção das pastagens das Flores e da cobrição das vacas, esteve, durante muitos anos, e continua a estar, a cargo do serviço próprio: primeiro dos serviços veterinários de ilha e depois dos Serviços de Desenvolvimento Agrário.

Segundo me consta, foram os Serviços de Desenvolvimento Agrário que procuraram implementar qualquer alteração no serviço de cobrir.

Por outro lado, a situação não é tão complexa como aparentemente disse o Sr. Deputado Herberto Rosa.

De facto, durante muitos anos, foi possível fazer esse serviço com touros. Por isso mesmo, é perfeitamente possível continuar a fazê-lo de acordo com determinados cuidados técnicos.

No entanto, há um outro problema, ou seja, de há alguns anos a esta parte, nalgumas dessas pastagens, se a memória não falha há 4 ou 5 anos, fez-se plantação de criptoméria e essa plantação teve como consequência o desaparecimento de uma ou de duas áreas utilizadas.

Por outro lado, uma deficiente manutenção de algumas pastagens tem diminuído a permanência do gado nelas. Isto tem que ser conjugado com uma optimização dessas próprias pastagens.

Este é um aspecto que está a cargo dos serviços florestais e julgo que é um aspecto fundamental e que, no fundo, não está em desacordo com algumas referências feitas também pelo Sr. Deputado, isto é, haver uma optimização da área disponível e da área explorada pela Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente e o serviço da população das Flores.

Presidente: Srs. Deputados, encerrado este debate, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18.50 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 28 de Março de 1995, foi apresentada, nesta Assembleia Regional dos Açores, uma Anteposta de Lei que preconizava uma pensão extraordinária para os

trabalhadores portugueses despedidos da Base da Lajes, a qual, após aprovação, foi remetida à Assembleia da República.

Em 27 de Junho de 1996, foi votada naquela Assembleia, tendo sido publicada a 16 de Agosto do mesmo ano. A sua aplicação teve início em 1 de Janeiro de 1997, com efeitos retroactivos a 1 de Dezembro de 1991.

Faz pois este mês 4 anos que teve início aquela que viria a transformar-se na Lei 32/96, de 16 de Agosto, aprovada por unanimidade nas Assembleias Regional e da República.

Convido por isso todos os Srs. Deputados deste hemiciclo a acompanharem-me num ligeiro balanço sobre as consequências da sua aplicação.

Não terá sido a primeira nem única vez que os Deputados Regionais encontram razões para se sentirem satisfeitos com posições assumidas em defesa dos trabalhadores, nesta Região Autónoma dos Açores. Esta terá sido apenas mais uma dessas atitudes.

Para que ela sirva de estímulo a outras de cariz semelhante que venham a ser necessárias adoptar no futuro, pensamos ser de todo o interesse alinhar algumas ideias sobre as razões de tal iniciativa e os objectivos práticos por ela conseguidos.

No ano de 1990 e até Dezembro de 1991, foram reduzidos cerca de 70 e 152 postos de trabalho respectivamente, sem causarem grande alarme, por pertencerem todos a trabalhadores já na idade da reforma ou muito próximo dela, que além de se aposentarem com a reforma completa ou quase completa, recebiam a indemnização pela cessação do seu contracto de trabalho. Foi a forma que a entidade empregadora encontrou para iniciar uma redução sem alarido, pois assim, os que saíam levavam consigo uma boa quantia em dinheiro (um mês de ordenado por cada ano de serviço) e os eventuais prejudicados não reclamavam, pois encontravam-se na longa lista dos que aguardavam emprego na Base e nem se chegavam a aperceber do que acontecia.

Em Dezembro de 1991 soou forte o alarme, com o *despedimento compulsivo* de 95 trabalhadores, e em Janeiro de 1992 foi anunciado o despedimento colectivo de 450, até finais de 1996.

É assim que, entre 1992 e o final de 1994, são reduzidos 264 postos de trabalho, mas agora como *despedimento colectivo* por *redução de postos de trabalho* e todos por *acordo mútuo*.

Este *acordo mútuo* é considerado *despedimento involuntário*, conforme determina o Decreto Lei 79-A/89, de 13 de Março, com a alteração dada ao artº. 3º. nº. 1 alínea d), pelo Decreto-Lei 418/93, de 24 de Dezembro, que se transcreve: *Mútuo acordo, desde que integrado num processo de redução de efectivos, quer por motivo de reestruturação, viabilização ou recuperação da empresa, quer por quaisquer outros motivos que permitam o recurso ao despedimento colectivo.*

Permite-se desta forma, que a cessação do contracto de trabalho por *mútuo acordo* seja considerada *despedimento involuntário*, dando oportunidade aos trabalhadores que voluntariamente se despeçam, de poderem requerer o subsídio de desemprego e, desde que com mais de 55 anos à data do despedimento, passarem à reforma antecipada aos 60 anos de idade. ***Obviamente que estas medidas têm a ver com a salvaguarda dos postos de trabalho dos trabalhadores mais jovens, que em situações normais seriam os primeiros a sofrerem as consequências do despedimento.***

Surge então no início de 1995 a notícia de que, devido a reduções no Orçamento da Defesa dos Estados Unidos, iriam ser reduzidos mais 300 postos de trabalho.

Ora, sabendo-se que devido às reduções efectuadas nos anos anteriores, os trabalhadores com idades acima dos 55 anos e por conseguinte, em condições de serem abrangidos pelo Decreto Lei 79-A/89, de 13 de Março, tinham sido todos despedidos por *acordo mútuo* com excepção de apenas 43, tornava-se evidente que a partir daí iriam principiar a ser despedidos trabalhadores com idades inferiores, e por conseguinte, sem direito a serem abrangidos pelo referido Dec.-Lei *no que respeita à pré-reforma aos 60 anos*. Sê-lo-iam compulsivamente, pois em tais condições já não haveria ninguém disponível para rescindir o contracto de trabalho voluntariamente.

Existiam na altura 226 trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 55 anos, número este que, aliado aos 43 acima de 55 anos já referidos, perfaziam um total de 269.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi este estudo feito naquela data, que esteve na base da opção pela idade de 45 anos na elaboração da Anteproposta de Lei que viria a transformar-se na actual Lei 32/96, de 16 de Agosto. Era uma tentativa de tornar possível que os despedimentos anunciados o fossem por *acordo mútuo* na sua totalidade, evitando o despedimento daqueles, que embora sendo mais novos, se encontravam em condições de difícil acesso a qualquer emprego fora da Base, devido ao facto da sua formação profissional ter sido orientada para profissões sem aplicação quer no mundo de trabalho da Ilha Terceira quer dos Açores.

A Anteproposta de Lei então formulada, teve a sua principal fonte de inspiração na Lei 116/90, de 5 de Abril, que atribuiu uma pensão extraordinária aos trabalhadores portuários por desajustamento tecnológico aquando da reestruturação dos portos (tendo sido neste caso considerada a idade de 40 anos), mas teve-a também nas que foram elaboradas para atenuar os efeitos das reduções de postos de trabalho na fábrica de Braço de Prata, nos têxteis do Vale do Ave, na Telecom., CTT, TAP, radiodifusão, pilotos dos portos, etc.. Não foi portanto uma acção isolada, mas nem por isso foi menor o seu sucesso.

Felizmente que o número de 300 trabalhadores indicados para serem despedidos em 1995 e 1996 não se concretizou, pelo facto do corte orçamental previsto não ter sido tão significativo como era esperado em relação à Força Aérea dos Estados Unidos. O número de postos de trabalho reduzidos foi menor, e todos os despedidos ficaram abrangidos pela Lei 32/96, de 16 de Agosto, conseguindo-se assim atingir o seu principal objectivo: evitar que fossem despedidos trabalhadores os quais, quando cessasse o período do subsídio de desemprego, ficassem sem trabalho, expostos a todas as consequências negativas para si próprios, suas famílias e para a sociedade em que estão inseridos, como infelizmente é hábito nestes casos.

Existiu, desde a primeira hora, uma lista chamada de *disponíveis*. Nela estão inscritos todos aqueles que, em caso de acontecerem despedimentos, estão dispostos a rescindir por *acordo mútuo*.

Mas para que aquele que sai nestas condições seja abrangido pela Lei 32/96, é necessário que seja extinta a posição dum trabalhador português no destacamento americano da Base das Lajes.

Essa garantia tem de ser objecto da declaração assinada pelo Comando da Zona Aérea dos Açores, que acompanha cada despedimento, conforme o n.º 2 do art.º 4.º do Decreto Legislativo Regional 9/97/A, de 3 de Junho, que regulamenta a Lei acima referida.

Um *disponível*, portanto, só será despedido, quando um *indisponível* o estiver para ser. Só que um, irá contrariado com a sua vida económica e social correndo sério risco no futuro; o outro vai de livre vontade, porque já trabalhou e descontou os anos suficientes para ficar abrangido pela reforma facultada pela nova Lei. Sintetizando: sai um, para evitar que outro saia.

Foi ainda salutar o surgimento desta Lei, pelo facto de trazer estabilidade à vida económica dos trabalhadores da Base das Lajes, que constituíu, neste aspecto, ao longo dos tempos, o grupo de trabalho menos protegido pela Legislação Portuguesa.

O facto do Acordo Laboral assinado em Junho de 1995 admitir no seu art.º 13.º n.º 2 alínea g), que a cessação do contrato de trabalho pode ocorrer devido a: *despedimento colectivo incluindo, mas não limitado à falta de trabalho, falta de fundos, ajustamentos estruturais ou outras alterações da missão*, dá ainda mais relevo à existência da Lei em questão, constituindo os *disponíveis* que ela proporciona, o principal garante dessa estabilidade, necessária a uma vida tranquila.

Ninguém quer despedimentos. Ninguém os deseja. Mas quando acontecem, quando tiverem mesmo que acontecer, ao menos que se procure remediar a situação dos que neles se vejam envolvidos.

Se alguém sabe dar valor à estabilidade no emprego, os trabalhadores da Base das Lajes, principalmente aqueles que viveram o antes e o depois da existência desta Lei, sabem por experiência própria o que isso é. Se lhes derem condições, eles sabem cuidar de si. Aliás, como já o têm demonstrado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É necessário tomar conhecimento do que verdadeiramente se passou ao longo destes anos, para podermos compreender melhor o fenómeno dos despedimentos na Base das Lajes.

Assim, em relação aos civis portugueses, existiam 1.345, em Dezembro de 1991, que representavam 42% da força de trabalho na Base. No final de 1998, existiam 897,

representando 45%. Houve uma redução neste período de 448 postos de trabalho, o que representou uma quebra de 33,3%.

No mesmo período, existiam 273 civis americanos, que representavam 8% dessa força de trabalho. Esse número é agora de 146, constituindo 7% dessa força. Foram reduzidos 127, a que corresponde uma quebra de 46,5%.

De igual forma, existiam 1.545 militares em Dezembro de 1991, constituindo 48% dos activos existentes. No final de Dezembro de 1998, o seu número era de 933, representando uma percentagem de 47%, a que corresponde uma redução de 39,6%.

Em números globais, existiam em Dezembro de 1991, 3.163 postos de trabalho. No final de 1998, existiam 1.976, o que significa uma redução de 1.187 posições, equivalente a 37,2%.

Em termos percentuais, da redução verificada constata-se mesmo assim, como já verificámos, que os menos atingidos foram os civis portugueses com 33,3%, seguidos dos militares americanos com 39,6% e dos civis americanos com 46,5%.

As indemnizações recebidas pelos trabalhadores despedidos neste período (Dezembro de 1991 a Dezembro de 1998), rondam os 2 milhões de contos.

Existem, neste momento, 336 trabalhadores da Base das Lajes beneficiando da pensão extraordinária criada pela Lei 32/96, de 16 de Agosto. *Nenhum deles foi despedido compulsivamente.* Se acrescentarmos os 16 das Flores que dela também beneficiaram, ***teremos um total de 352 trabalhadores a quem ela trouxe benefícios.***

Mas se nos é permitido afirmá-lo, pensamos que os principais beneficiados, no que respeita à Base das Lajes, são aqueles que apesar de mais novos, conseguiram mesmo assim, ver uma situação de crise como esta passar-lhes ao lado, continuando nos seus postos de trabalho, para sua satisfação pessoal e das famílias que deles dependem.

E de todos nós, deputados, que para isso contribuímos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e do Deputado Manuel Azevedo)

Presidente: Concluído assim o Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar à **Ordem do Dia**, ponto nº. 1, do qual faz parte a **Comunicação do Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente sobre "Política Agrícola Comum"**.

Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A comunicação que faço hoje no plenário da Assembleia Legislativa Regional, tem por objectivo esclarecer, até ao limite do que é possível neste momento — é bom que isto seja dito aqui —, a situação que se refere às negociações decorrentes da reforma da Política Agrícola Comum no âmbito geral das negociações, ainda a decorrer, da Agenda 2000.

Quando digo até ao limite do possível, tenho em consideração a posição já explicada pelo Sr. Primeiro-Ministro, pelo Sr. Ministro da Agricultura e também pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, isto é, a posição nacional.

Nacionalmente, o país não dá por encerradas estas negociações até ao compromisso final. Não assume como totalmente adquiridos os compromissos parciais já assumidos, nomeadamente aqueles que resultaram do compromisso final no âmbito do Conselho de Ministro da Agricultura da União Europeia se, globalmente, a negociação não for atendida como satisfatória para o país. Esta é a posição, a linha de força, digamos assim, estratégico-negocial que foi feita e que está a ser seguida.

Como é evidente, do ponto de vista português, as negociações não podem e não devem ser consideradas como negociações estanques, sobretudo, quando nos diversos dossiers existem situações de clarificação da negociação que são diversas.

Como é público, uma coisa é a situação negocial neste momento, adquirida face ao compromisso no âmbito agrícola, outra é a situação negocial do ponto de vista geral assumida no âmbito ainda informal do Conselho de Ministros de Assuntos Gerais dos Negócios Estrangeiros e, finalmente, a posição negocial tal qual é assumida na Cimeira de Chefes de Estado a realizar até ao fim do mês.

Traçado este enquadramento é necessário dizer que a apreciação que aqui for feita do ponto de vista regional é uma apreciação que não pode ser considerada global. Tem

que ser, necessariamente, uma apreciação sectorial e é nesse âmbito que passarei a dar conta do ponto da situação.

Do ponto de vista das negociações da Política Agrícola Comum, é bom clarificar o que é que estava sendo discutido, ou seja, quais os assuntos que estavam em cima da Mesa e onde haviam propostas para negociar.

Do ponto de vista das organizações comuns de mercado, haviam propostas da parte da Comissão no que respeita às OCM's das culturas arvenses, às Organizações Comuns de Mercado do bovinos, de leite e lacticínios, de vinha e não estavam outras Organizações Comuns de Mercado, como se disse algumas vezes na imprensa, umas vezes por desconhecimento, outras vezes, pura e simplesmente, por má informação. Portanto, não estavam em discussão outras OCM's, nomeadamente a do azeite, como foi referido por engano na comunicação social, ou mesmo outro tipo de culturas.

Também não estavam em discussão programas específicos e é bom que isto fique claro.

No caso do Conselho de Ministros da Agricultura não estava em discussão o POSEIMA, por isso as perguntas que são feitas por alguns Srs. Deputados sobre o POSEIMA não podem ser respondidas nesta sede, porque esse tipo de negociação não estava a ser discutida.

Também é bom clarificar aqui que, do ponto de vista do interesse regional, não consideramos adequado que trouxesse para a mesa das negociações agrícolas, digamos assim, uma orientação genérica, isto é, a discussão do POSEIMA durante esta fase.

Nós pensamos que este não é o momento ideal para a Região. Nós pensamos que, no ambiente de discussão geral, aí seria fragilizar a posição da Região e é possível perceber isto, sobretudo quando temos juntos, numa mesma discussão, países que pretendem trazer para a 1.^a linha de discussão assuntos que são, do ponto de vista político, competitivos com o assunto das Regiões Ultraperiféricas e refiro-me nomeadamente ao dossier das Regiões Árticas e a outros dossiers que, em determinadas fases das negociações, determinados países tentaram colocar em cima da Mesa.

O Governo Regional pensa que — por isso conduziu-se dessa forma no âmbito das negociações — este não era o momento adequado para fazer essa negociação do POSEIMA.

Gostaria também de informar esta Casa que, do ponto de vista do POSEIMA "stricto sensu", continuam a verificar-se ao nível técnico, a discussão dos dossiers.

Nalguns casos, há dossiers onde já há resultados adquiridos, alguns deles já foram tornados públicos, porque, do ponto de vista técnico, é possível fechar esses dossiers nos comités técnicos respectivos, e refiro-me concretamente ao caso das ajudas à transformação da beterraba que têm como dado adquirido o seu aumento, neste caso, muito substancial. Havia um âmbito de decisão que é o comité de gestão respectivo.

Outro tipo de ajudas têm vindo a ser acompanhadas do ponto de vista técnico. Refiro-me às negociações técnicas, no que respeita aos apoios à vinha, onde foi possível consolidar posições negociais no âmbito dos comités técnicos e elas já entraram em vigor, nomeadamente, sobre o modo de pagamento dessas ajudas e sobre o montante das mesmas que, aliás, já foram pagas no ano transacto.

Clarificados estes aspectos, debruçar-me-ei em concreto sectorialmente sobre o que é dado como adquirido, ou seja, o resultado dos compromissos do último Conselho de Ministros da Agricultura.

Começaria pela Organização Comum de Mercado de Leite e diria que, o que é dado como adquirido, neste momento, contrariamente à proposta inicial da Comissão que iniciava uma redução de preços logo em 2000, no âmbito das negociações foi dado como adquirido que o início desta reforma se fará a partir do ano 2003. Até ao ano 2003, tudo o que existe, neste momento, permanecerá da mesma forma, excepto ajustamentos ao nível das quotas leiteiras considerados como ajustamentos específicos para determinados países e citamos o caso da Espanha, Itália e Grécia entre outros.

A partir de 2003, iniciar-se-á um processo em três fases de descida dos preços de intervenção do leite em pó e da manteiga quantificado em 15%.

Como compensação a esta descida dos preços de intervenção do leite em pó e da manteiga, será introduzida uma compensação baseada no litro de quota atribuída a cada produtor.

A posição negocial da Região que era a de que o conceito de vaca virtual com 5800 quilos por litro de leite/vaca, era uma posição que, na nossa opinião, prejudicava a Região, ou seja, do ponto de vista da produtividade real isso significaria, segundo os nossos cálculos, uma redução de preço de 20% nos direitos atribuídos à Região. Essa posição foi abandonada e introduziu-se uma compensação por litro de leite produzido, litro de leite/quota atribuído.

Essa compensação começa em 5.75 euros por tonelada em 2003, passa para 11.49 euros por tonelada em 2004 e 17.24 euros por tonelada em 2005. Isto significa que em escudos e à cotação fixa de 200.482, 1\$15 em 2003, 2\$30 em 2004, 3\$45 em 2005.

Adicionalmente a esta compensação base, há uma outra compensação que é a chamada compensação do envelope nacional. Esta compensação, e vamos assumir esta hipótese aqui para simplificar as comparações da mesma forma, pode ser distribuída por tonelada ou por litro de leite de quota atribuída.

Se for calculada nestes termos, isto quer dizer que haverá um reforço da compensação de 7,64 euros por tonelada, o que corresponde em escudos a 1\$53 a somar ao prémio base.

Para além desta compensação há ainda que somar uma componente que é atribuída no domínio da organização comum de mercado de carne de bovino no valor de 41,7 euros por cabeça, ou seja, 8.360\$00.

A somar a isto, como é evidente, há ainda um prémio novo, um prémio ao abate da vaca leiteira de 80 euros, ou seja, de 16 contos por cabeça de animal. Isto significa que, admitindo como hipótese que não existe uma alteração do montante de quotas atribuído, que é uma posição que eu diria pessimista, como resultado desta negociações também foi dado como adquirido que os países membros tenham a possibilidade de gerir e flexibilizar a sua gestão de quotas, onde devem fazer correspondê-las a produtores activos e abre a possibilidade a Portugal de desbloquear montantes de quotas que estão bloqueados a nível nacional em produtores não activos e transferi-los para produtores activos.

Nesta hipótese, a Região Autónoma dos Açores poderá vir a beneficiar da mesma forma que poderá vir a beneficiar de uma aumento de quota proporcional devido ao

aumento atribuído de 21 mil e 10 toneladas o que corresponde a um aumento de 1,5% linear atribuído a todos os estados-membros.

Nestas hipóteses é possível dizer que a compensação atribuída — e se fizermos as contas em termos de ano cruzeiro, ou seja, 2005, ano em que todos prémios estão no seu ponto de funcionamento normal — como prémio base de 3.45 por litro de leite, como prémio convertido também por litro de leite no envelope nacional de 1\$50, nós estaremos a falar aqui de 4\$90, 5\$00.

Se a isso somarmos depois a contribuição que não é aqui quantificável, mas que poderíamos converter também por litro de leite, respeitante à componente da vaca leiteira por via da carne de bovino, e se ainda somarmos a isto a componente de 80 euros por cabeça, aproximamo-nos de uma compensação, excluindo o POSEIMA, totalmente nova que rondará entre os 5\$00 e os 6\$00 por litro de leite, mas isto são contas que terão que ser feitas mais em pormenor, aquando da redacção final dos regulamentos.

Esta é a situação adquirida no domínio da negociação da Organização Comum de Mercado de leite e de lacticínios.

Se tivermos a analisar o impacto desta negociação do ponto de vista das possíveis percas ou ganhos dos produtores, ou seja, se compararmos isto com a redução dos preços institucionais, poderemos admitir duas hipóteses possíveis:

— uma hipótese pessimista, ou seja, ao produtor será reflectida totalmente a baixa de 15%, o que eu considero uma hipótese irrealista face à estrutura de mercado existente na Região Autónoma dos Açores, onde a quota parte de leite atribuída à produção e leite em pó corresponde, grosso modo, a 50 e pouco por cento do leite produzido.

— numa hipótese mais realista eu diria que a verificar-se essa situação, uma situação de transição total, a redução possível poderia ser por volta de 7%, mas esta seria uma situação de transmissão total que corresponderia também a uma situação de excesso de produção e de recurso à intervenção sistemática por parte do estado-membro.

Todos nós sabemos que, de facto, o estado-membro e a Região não recorrem à intervenção neste domínio na OCM do leite e lacticínios. Não é lícito dizer que os 15% correspondem a 15% de baixa do preço ao produtor.

De qualquer forma, mesmo que isso acontecesse, estaríamos a falar, se fizéssemos na hipótese pessimista de 15%, de baixas de preço que, aplicado agora aos preços praticados, no máximo poderiam rondar os 4\$00, o que é perfeitamente irrealista para uma compensação que, neste caso, poderia rondar os 5\$00. Não estamos a falar de compensações de 80% como aquelas que eram adquiridas no cenário em que se verificava a existência da vaca virtual, mas sim estamos a falar de compensações integrais.

Concluindo, do ponto de vista técnico, é possível dizer que neste âmbito sectorial atingiram-se alguns dos objectivos propostos pela Região:

Em primeiro lugar, que a compensação pela baixa do preço do leite não fosse uma compensação parcial;

Em segundo lugar, que aspectos penalizadores do ponto de vista técnico, nomeadamente a introdução do conceito de vaca virtual e, por outro lado, a não flexibilização do regime de quotas, fossem afastados.

Podemos falar de uma situação que, do ponto de vista sectorial, é favorável à Região. Estamos aqui a falar no domínio das hipóteses e como é evidente as hipóteses são discutidas.

Eu coloquei aqui as hipóteses discutidas: uma hipótese pessimista e outra que eu considero realista e podemos ainda falar de hipóteses que consideraria mais próximas da realidade existente, ou seja, a hipótese do efeito de transmissão ainda inferior aos 7%. Isto é algo que só o mercado poderá dizer e, no domínio da avaliação de impactos, é extemporâneo estar a fazermos avaliações noutra sentido.

Passaria de seguida à avaliação dos efeitos da reforma na Organização Comum de Mercado de Bovinos.

Neste caso, como é público, verificou-se uma admissão do início da reforma, logo a partir do ano 2000, com uma evolução crescente dos prémios das compensações atribuídas entre 2000 e 2003.

A hipótese base, foi a hipótese de redução de preços de 20% em 3 fases.

Quando estamos a falar da redução de preços, estamos, mais uma vez, a falar da redução de preços que não são preços de mercado ou preços pagos ao produtor.

Estamos a falar de uma redução de preços base, ou seja, preços de referência que no mercado dos bovinos têm ainda um funcionamento mais difuso do que aquele que se verifica no mercado do leite. Ou seja, aqui não podemos assumir a hipótese como eu já vi repetida noutros lugares, que é uma hipótese tremendamente pessimista, de que isto implicaria uma redução dos preços do mercado de 20%.

Não é verdade, sobretudo se tivermos em conta que o mercado de bovinos em Portugal tem estruturalmente uma situação de défice e que os preços praticados no mercado português são sempre nitidamente superiores aos preços internacionais e aos preços praticados nos mercados europeus.

Portanto, não poderemos estar aqui, porque se torna mais difícil, a fazer uma transcrição da redução dos preços base para os preços de mercado.

Para além da redução de preços, a proposta da Comissão, numa primeira etapa, propunha a eliminação, pura e simples, do mecanismo de intervenção.

A posição regional, e também posição nacional, argumentava que seria incorrecto nesta fase eliminar o complemento da intervenção.

O resultado de compromisso é o da introdução de um mecanismo que é um mecanismo de leilão de ofertas para a retirada do mercado que é classificado do ponto de vista eufemístico pela comissão, como rede de segurança ou "safety net" e que interviria a partir de preços inferiores a 1560 euros por tonelada, isto é, 313\$00 por Kg..

Eu recordo que os preços de mercado que neste momento se praticam a nível nacional para as vacas de abate, são superiores a estes 313\$00 e é muito pouco provável que haja aqui, nos tempos mais próximos, sobretudo numa situação de excesso de procura no mercado português, a intervenção deste mecanismo.

De qualquer forma, penso que há um ganho negocial — o recuo da Comissão — ao admitir-se a introdução deste mecanismo de intervenção mitigada no domínio desta Organização Comum de Mercado.

Do ponto de vista das compensações, estamos a falar aqui da introdução de compensações que são extremamente diferentes daquelas que se verificam hoje em dia. Estamos a falar, no que respeita às vacas aleitantes, de compensações que começam em 163 euros por cabeça em 2000, sobem para 182 euros em 2001 e 200

euros em 2003, ou seja, estamos a falar no ano cruzeiro 2003 que é exactamente o mesmo ano em que entra em execução a reforma da OCM do leite de compensação por vaca aleitante na ordem dos 40 contos por cabeça.

Simultaneamente também introduzida, é revista e aumentada a compensação por bovinos machos, já em vigor, e que aumenta para 160 euros em 2000, 185 euros em 2001 e 210 euros, ou seja, 42 contos no ano cruzeiro de 2003.

Estes são prémios que já existiam nos regimes anteriores, o que se verifica aqui é um aumento dos montantes de compensação atribuídos por cabeça.

É também introduzido para todas as categorias um prémio de abate no montante de 80 euros no ano cruzeiro, ou seja, mais de 6 contos por animal.

Este prémio de abate tem uma amplitude extremamente larga, ou seja, não é atribuído somente aos bovinos machos, nem às vacas aleitantes, é também atribuído, como eu já disse às vacas leiteiras e a novilhas que vão para abate, isto é, abrange praticamente todo o leque e, desse ponto de vista, introduz um reforço da compensação.

Igualmente nova e que eu penso que poderá, no caso regional, ter um efeito benéfico e estruturante, é a revisão do prémio de abate aos vitelos.

Como sabem, na Região nós aplicamos, neste momento, uma ajuda que é o prémio ao abate e à transformação de animais com 8 dias. Na proposta inicial da Comissão esse prémio desaparecia completamente, mas no compromisso final é introduzido um prémio de abate aos vitelos até aos 145 Kg de carcaça, ou seja, para carcaças leves.

A introdução deste prémio neste momento e para estas categorias, significa um apoio cedido à engorda e à criação de animais até a um peso onde poderá haver aproveitamento de carcaça, isto é, do ponto de vista de estruturação do sector, é uma medida benéfica no sentido de potenciar a oferta regional com uma ajuda que é extremamente elevada neste caso.

Suplementarmente a estes prémios é introduzida também a componente, como já existia na OCM do leite, do envelope nacional, neste caso, no ano cruzeiro, de 6,2 euros.

Ainda no domínio dos prémios, é aumentado o prémio à extensificação, mas aqui é preciso clarificar, porque a proposta inicial da Comissão introduzia uma determinada gradação, no caso da Região, para um regime de encabeçamento, ou seja, um regime

extremamente baixo que levaria ao pagamento de um prémio de 100 euros por cabeça. No domínio das negociações a proposta da comissão permitiu um abaixamento deste prémio para 80 euros por cabeça.

Por proposta portuguesa foi admitida a possibilidade do estado-membro escolher entre os dois regimes, ou seja, é possível aos estados-membros escolher o regime mais favorável que, neste caso, do ponto de vista açoriano, significa 100 euros por cabeça. Neste momento, seria necessário fazer um cálculo dos montantes para cada um dos casos.

Um argumento que neste caso torna-se necessário esclarecer é a abrangência destes prémios, ou seja, em termos de direitos como é que estamos.

No caso dos direitos, verificou-se um aumento dos mesmos para os bovinos machos em termos nacionais de mais 20 mil direitos e para as vacas aleitantes de mais 12 mil direitos. Como é evidente, eles depois serão repartidos em termos regionais.

Nos outros prémios, ou seja, nos prémios novos que são introduzidos, o seu número de direitos corresponde ao número de abates no ano de 1995.

A avaliação que eu faço é que em 1995 o número de abates regionais, por exemplo, em São Miguel, não corresponde somente aos abates feitos para a indústria, aumentaram os abates sanitários por motivo de doença, fundamentalmente os abates de vacas brucélicas.

Do ponto de vista estatístico, e tendo em atenção a capacidade de produção, isso significa que a Região tem um benefício extra — não vamos continuar eternamente com os abates sanitários — de, por exemplo, 23% no que respeita a São Miguel, que é o caso onde se verificaram, mas que globalmente pode chegar até valores um pouco superiores.

Desse ponto de vista, não há uma limitação nem aos prémios de abate, nem aos prémios de abate de vitelos, nem ao envelope ao nível dos direitos, antes pelo contrário, há um número de direitos de prémio que, do ponto de vista normal do escoamento do mercado, são superiores à capacidade de abate regional.

Sobretudo, temos que ter em atenção que o programa de combate à brucelose, que inflaciona este número de abates, é um programa que nós pensamos que poderá atingir valores (e está atingindo) muito mais baixos nos próximos anos face à

diminuição da incidência da doença nas ilhas mais afectadas, principalmente na Ilha de São Miguel.

Resumindo e concluindo, é possível dizer que do ponto de vista sectorial os efeitos sobre o sector de bovinos — esta não é uma conclusão somente regional, penso que é nacional — são positivos. Existem aqui compensações que são superiores aos possíveis efeitos de redução de preços.

Em termos de ajudas propriamente ditas ao rendimento, poderemos falar, em termos globais, de mais do que uma duplicação das ajudas directas ao rendimento.

Gostaria, depois de quantificar, terminar fazendo uma avaliação global destas negociações.

Eu penso que, do ponto de vista da posição regional, conseguiu-se algo que eu considero extremamente importante, ou seja, a presença contínua da Região em todas as fases da negociação, isto é, nas fases preparatórias da negociação em termos de definição de objectivos negociais, no âmbito dos grupos técnicos nacionais e também a participação e acompanhamento da Região ao nível dos grupos técnicos comunitários.

Simultaneamente, conseguiu-se que esse acompanhamento fosse potenciado ao nível político.

A participação do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, significa, neste caso, a participação institucional da região de direito próprio nestas negociações.

Temos que ter a noção clara de que esta participação não significa, nem significará, para qualquer administração nem para qualquer governo, a capacidade de uma região, que é uma Região Ultraperiférica, de inverter totalmente negociações e ser um factor decisivo nas negociações. Temos, sobretudo, que potenciar o factor de esclarecimento e o factor de influência.

Penso que esse é um ganho adquirido que ficará para o futuro e que deverá ser aprofundado, qualquer que seja o detentor desta pasta.

Estes são ganhos em termos de interesse regional que não são contabilizáveis na contabilidade do escudo ou do centavo. São ganhos que perduram, que poderão ser

utilizados noutras alturas e que devem ser utilizados e potenciados em futuras negociações ou em futuros dossiers.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A avaliação feita aqui é, necessariamente, uma avaliação que eu considero intercalar do ponto de vista dos objectivos negociais da Região.

Os objectivos negociais da Região e do País, só estarão conseguidos quando esta negociação fechar globalmente e este fechar significa encerrar tudo o que diz respeito às negociações do Fundo de Coesão, significa encerrar as negociações do ponto de vista do Programa de Investimento Específico para a Região, ou seja, ainda é cedo para fazer avaliações globais.

O que podemos dizer é que, eu, pessoalmente, neste momento, não tenho, face ao evoluir da situação, uma visão pessimista desta negociação como por vezes se tentou fazer crer mesmo à partida.

Eu, na altura comentei, de uma forma clara, que achava prematura que se fizessem declarações onde se afirmavam que as negociações estavam encerradas.

Houve pessoas, nomeadamente responsáveis e representantes desta Região, que, em fóruns europeus, disseram que estas negociações estavam fechadas, perdidas e que a Região se tinha absterido de participar, quando ainda as negociações não tinham começado.

Eu penso que o balanço possível nesta data nega factualmente essas afirmações políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras serão para regozijar-me pelo facto do Sr. Secretário Regional ter apresentado, perante o plenário, o estado actual das negociações da

PAC, o que eu penso que é um contributo fundamental para a discussão que temos que continuar a ter.

Eu também saliento o facto do Sr. Secretário referir que é cedo para avaliações globais, porque em função daquilo que nos é apresentado, há muito que aprofundar, verificar e procurar analisar.

Estamos convencidos de que a análise final sobre esta matéria terá que ser feita em função da regulamentação que for imprimida no que se refere a estes casos.

De qualquer forma, gostaria de colocar algumas questões no sentido de esclarecer.

O Sr. Secretário fala em prémios de abate.

Eu fiquei com a impressão de que quanto os prémios de abate ao pequeno vitelo que terminou, ou que pelo menos está em via de terminar, há possibilidade da constituição de carcaça para prémio de abate. Se assim é, eu tenho uma outra preocupação, isto é, os direitos que a Região possa vir a ter em relação aos prémios de abate.

Penso que o Sr. Secretário disse que esses direitos vão ser reportados a 95. Na minha opinião, isto levanta uma grande questão, porque para a Região, se eles fossem reportados ao início da regulamentação do prémio, seria uma coisa ótima. Em função de 95, poderá ser uma situação diferente e para pior. Sobre esta matéria eu gostaria que houvesse algum esclarecimento da parte do Sr. Secretário.

No que se refere a esta matéria, não podemos chegar ao ótimo, mas o ótimo seria que houvesse o prémio de abate necessário e em função das condições da própria Região. Se ele tiver que ser reportado a 95, a situação será, em nosso entender, prejudicial.

Um conjunto de outros problemas levantam-se também quanto aos prémios à vaca aleitante e ao bovino macho, ou seja, saber se a regulamentação futura será a regulamentação vigente ou se haverá nova regulamentação. Aqui, ficamos com a impressão de que se a regulamentação for a vigente, a situação é uma, mas se houver uma regulamentação diferente, poderá ser uma regulamentação pior.

Quero recordar que, por exemplo, em relação às vacas aleitantes, houve uma regulamentação inicial e, neste momento, a regulamentação vigente em relação à primeira, foi prejudicial para a Região Autónoma dos Açores, porque a

regulamentação inicial permitia que fosse considerada vaca aleitante tudo o que fosse vaca que criasse vitelo. Neste momento, a regulamentação actual tem a ver com a raça. Nós rezeamos que possa haver uma regulamentação que vá apertando a rede, levando à diminuição de direitos e isto no que diz respeito ao mercado de carne.

No que se refere ao mercado de leite, fala-se numa descida dos preços de intervenção de 15%.

É evidente que temos que jogar, e o Sr. Secretário também refere isso, com a nossa quota em manteiga e em leite em pó.

No entanto, um dos problemas que se pode pôr, na minha opinião, será até que ponto é que a subida da compensação atribuída a partir de 2003, será suficiente para compensar a descida de 15% em função do preço de intervenção a diminuir. Esta é uma preocupação que temos e tenho a impressão que a mesma deve ser aprofundada.

Um outro aspecto que se coloca prende-se com a quota leiteira e com o ajustamento da mesma.

Sr. Secretário, a minha primeira pergunta é o que é que se vai passar?

O Sr. Secretário refere que haverá uma gestão nacional da quota leiteira. Haverá também a possibilidade de substituição do inactivo para aquele que a queira produzir.

Em relação à Região Autónoma dos Açores há perspectivas? Acredita que o nosso agricultor, individualmente, vai poder aumentar a sua quota leiteira? Esta é uma situação que se põe em termos de quem tem, neste momento, uma quota leiteira atribuída.

A outra situação refere-se ao novo agricultor ao qual vai ser atribuído uma quota parte da gestão nacional da quota.

Estes são problemas que gostaria de colocar e que me preocupam.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de salientar, como facto positivo, a disponibilidade do Sr. Secretário vir aqui prestar esclarecimentos e informações sobre aquilo que foram os resultados, até agora, do Conselho de Ministros da Agricultura.

No entanto, também gostaria de registar — lamentando — o facto de não ter procurado a oportunidade de, já que defendeu que a presença dos Açores neste conselho seria determinante para a defesa dos seus interesses, vir a esta Casa apresentar a posição da Região para cada um dos subsectores que iriam estar em negociação no referido conselho.

Gostaria de lembrar que num processo de audição que foi feito pelo Sr. Secretário com a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, foi referido que sobre essa matéria estava a ser preparado um plano estratégico e que o mesmo iria ser apresentado como um documento vasto e completo. Nós nunca chegámos a conhecer esse documento estratégico, mas espero que ainda estejamos a tempo de vir a receber cópia do mesmo.

Em relação aos trabalhos do Conselho de Agricultura, gostaria de salientar que o Partido Social Democrata, nesta Casa, nunca pôs em causa a posição da Região na dependência das negociações da Reforma da PAC, fosse desta Assembleia, fosse do Governo Regional.

O Sr. Secretário Regional, em múltiplas notícias veiculadas na Comunicação Social, fez transparecer à opinião pública que a sua presença nesse Conselho seria determinante para defender os interesses da Região. Uma das questões que gostaria de colocar tem a ver com o processo de coesão económica e social.

Segundo creio, aquilo que ficou acordado, até agora, neste compromisso da presidência alemã no Conselho de Ministros da Agricultura, foi um pacote de ajudas que visam minimizar as reduções de preço que virão a acontecer segundo os sinais que decorrerem da redução dos preços de intervenção nas duas OCM's que para nós são mais importantes.

Gostaria de saber se houve porventura alguma ajuda diferenciada no âmbito da OCM da carne de bovino, do leite e dos produtos lácteos, em relação à Região Autónoma dos Açores.

De facto, há um sector determinante no desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores que é diferente do que acontece nos Estados-Membros e a nossa presença é determinante nesse fórum de decisão, que é o Conselho de Ministro da Agricultura. Eu pergunto se houve alguma ajuda definida e diferenciada para a Região Autónoma

dos Açores. Só assim poderíamos compreender, na sequência do que foi dito publicamente, que a Região deveria ser defendida de uma forma diferente.

Se porventura os subsídios que estão decididos pela Comissão e que serão aprovados pelo Conselho são os mesmos que um agricultor alemão ou um francês vai receber, pergunto qual é o processo de evolução, de acordo com o princípio da coesão económica e social, que se vai passar com a agricultura açoriana.

Pergunto se há alguma vantagem com a qual possamos defender como sendo uma mais valia para a Região Autónoma dos Açores nesse processo de convergência.

Apesar de ter feito referência de que apenas alguns dossiers foram até agora encerrados, recordo que numa intervenção pública, na qual esteve presente na RTP-Açores, o Sr. Secretário Regional teve oportunidade de fazer referência à transferência de fundos comunitários no III Quadro Comunitário de Apoio, mas apenas referiu a manutenção dos fundos comunitários constantes no II Quadro Comunitário de Apoio que, ao manterem-se, serão satisfatórios para a Região.

Aqui subsiste uma grande dúvida: quem andou a defender, no processo de audição à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, que as dotações destinadas ao investimento na agricultura eram manifestamente insuficientes, quando o próprio Governo Regional apresentou nesta Casa, em 97, uma posição que apontava para uma despesa pública na agricultura decorrente de um reforço da ordem dos 20 milhões de contos, da medida Agricultura do Programa PEDRAA II, foi o Sr. Secretário. Pergunto como é que agora é possível dirigir-se publicamente e dizer que a manutenção dos fundos são suficientes e satisfatórios para a Região.

Subsiste uma grande dúvida face ao que está a acontecer, quer em termos de investimento público, quer em termos de investimento privado, que decorre das próprias apreciações que o Sr. Secretário tem feito em relação à execução da medida Agricultura do II Quadro Comunitário de Apoio.

Gostaria de lembrar que só por parte do Sr. Secretário é que houve uma expectativa mais positiva em relação às consequências da reforma da PAC nos Açores. Desde logo, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Sanchez da Costa, tomou uma posição dizendo claramente que as posições assumidas no contexto da Agenda

2000 são claramente nefastas para as Regiões Ultraperiféricas como é o caso dos Açores e da Madeira.

Gostaria de salientar também que, o facto do Sr. Secretário ter dado um ênfase especial ao pacote de ajudas compensatórias, tentou fazer esquecer as consequências da redução dos preços de intervenção. Não há milagres no Orçamento Comunitário.

Há um propósito claro de reduzir o peso da agricultura, do contributo do Orçamento Comunitário em termos agrícolas. É óbvio que a juntar a essa situação, há a pressão do mercado internacional.

Se os sinais que agora estão a ser dados são de redução dos preços de intervenção e há um pacote de ajudas para tentar minimizar essa situação, já que se ficam pelos 80% das reduções, é óbvio que teremos nos próximos anos repercussões ao nível dos produtos acabados na área de leite e lacticínios e da carne de bovino, quer as devidas interrogações nas consequências no preço da matéria prima à produção. Daí que haja uma preocupação em conceder um conjunto de ajudas directas ao produtor e outra coisa não seria de esperar que os empresários estejam informados de que há expectativas negativas em relação ao que se vai passar, quer no mercado de leite e lacticínios, quer em relação à carne de bovino.

Um outro aspecto que consideramos determinante não tem a ver com qualquer posição ou expectativa negativa em relação aos resultados das negociações da Reforma da PAC.

O que nós sempre discordámos nesta Casa tem a ver com a forma como o Governo Regional se empenhou, desde o início, no processo das negociações da Agenda 2000. Nós entendemos e continuamos a reafirmar que até Julho 1997, quando a Comissão apresentou o documento da Agenda 2000, era possível ter um trabalho de sensibilização envolvendo as várias actividades ligadas ao sector, junto das instâncias comunitárias. Desde Julho até Março de 98, quando a comissão apresentou as propostas legislativas, era possível ter intensificado um trabalho de sensibilização junto da União Europeia sobre estas matérias, em relação à Região Autónoma dos Açores.

Agora, que a proposta relativa ao desenvolvimento rural não está encerrada, há o propósito de querer reconhecer a especificidade da agricultura portuguesa e espero

que nesse propósito esteja também contemplada a necessidade de se reconhecer, dentro da especificidade da agricultura portuguesa, a especificidade da agricultura açoriana. Espero que este seja um propósito do Governo Regional junto do Governo da República já que é o estado-membro português quem está a negociar no Quadro da Reforma da Política Agrícola Comum.

Volto a lembrar que também estamos a tempo de procurar que o regulamento do desenvolvimento rural possa salvaguardar as sociedades da agricultura açoriana face ao seu papel na economia regional.

Se não houver um trabalho feito até lá pelo Governo Regional junto do Governo da República e junto das instâncias comunitárias, de certeza que teremos aqui, dentro em breve, o Sr. Secretário Regional a fazer o levantamento dos resultados da proposta do desenvolvimento rural sem quaisquer medidas de excepção para os Açores ou sem qualquer modelação das políticas, que foi também uma referência feita pelo Sr. Secretário Regional no quadro da discussão dos vários regulamentos comunitários, ou seja, sempre que houvesse modelações para os vários estados membros, seria necessário contemplar modelações para as Regiões Ultraperiféricas. Espero que no quadro das negociações do desenvolvimento rural, isto seja possível.

Gostaria de relembrar também que, independentemente da sua posição agora em relação a uma possível revisão do POSEIMA, isto é, de que o POSEIMA é um programa que vem complementar o que pode acontecer na Reforma da PAC, entendemos que a Região não pode ficar à mercê de quaisquer propostas da Comissão. Não vai ser a Comissão Europeia que vai propor ao Governo Regional dos Açores que medidas possam vir a ser tomadas de acordo com o que foi reconhecido no Tratado da União, porque ou a Região está preparada para ter objectivos e apresentar medidas que possam ser aceites no quadro da revisão do tratado ou então não fiquem à espera que sejam as instâncias comunitárias a virem ter connosco para propor alterações.

Aliás, também no processo de audição do Sr. Secretário Regional na Comissão de Política Geral, foi referido que estava em estudo uma proposta da Direcção Geral de Agricultura, DG VI, no sentido dela própria apresentar uma proposta de revisão do POSEIMA. Não sei se essa proposta já apareceu, mas como acabei de dizer, fará todo

o sentido que seja a Região a apresentar uma proposta sobre aquilo que se poderá vir a passar com o POSEIMA.

Gostaria de lembrar que nós temos centrado demasiadas atenções no Regulamento 1600. Com a inclusão no tratado do princípio da ultraperiferia, temos novas condições para que possa ou ao nível da elaboração dos regulamentos comunitários, haver um regime de excepção em cada uma das áreas para as Regiões Ultraperiféricas, ou então na própria elaboração de novos regulamentos comunitários, os mesmos estejam direccionados para as preocupações da Regiões Ultraperiféricas. Espero que isto esteja a ser tido em conta pelo Governo Regional.

Finalmente, gostaria de solicitar também informações sobre a Resolução n.º 78/98, de 7 de Maio, do Conselho do Governo, pois nela foi fixado um conjunto de timings para elaboração de um conjunto de documentos que têm a ver com a elaboração do PEDRAA III.

Até final de 31 de Maio de 98, estava previsto haver o diagnóstico da situação económica e social e a definição dos grandes objectivos do Plano para serem enquadrados no Plano nacional. Até 30 de Setembro, estaria concluído um documento designado de definição da estratégia de desenvolvimento e até 31 de Dezembro do ano passado, estaria elaborado um documento de programação financeira.

Estes documentos, viriam a ser submetidos a parecer do Conselho Regional de Concertação Social e estariam num processo de auscultação dos vários parceiros sociais.

Como nestes dossiers certamente o sector agrícola tem muita importância, eu gostaria de saber se os mesmos estão já disponíveis e se é possível endereçá-los à Assembleia Regional, porque eles enquadrarão, ao fim e ao cabo, aquelas posições que nós já estamos, desde o início de 97, a procurar tomar conhecimento como sendo a posição açoriana face à Agenda 2000.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto às questões concretas que aqui foram colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, nomeadamente aquelas que respeitam à redacção dos regulamentos, a resposta é muito clara. Neste momento, não existe uma redacção consolidada destes regulamentos. Em termos processuais, essa redacção é feita no seguimento do compromisso político adquirido ao nível do Conselho de Ministros.

Este é um trabalho técnico que vai decorrer no âmbito dos critérios técnicos em Bruxelas, nomeadamente no Comité Especial para Agricultura, que se encarregará da redacção e da consolidação que permanece nas propostas iniciais da Comissão, do compromisso e alterações introduzidas em sede de Conselho de Ministros.

De qualquer forma, no que respeita a algumas questões concretas que colocou, nomeadamente o número de direitos para os prémios de abate, eu gostaria de esclarecer o que afirmei na tribuna, ou seja, os prémios de abate são fixados em função do número de animais abatidos em 1995.

Compreendo a argumentação do Sr. Deputado no que respeita ao futuro, mas, pessoalmente, não sei se concordaria com ela.

Face à componente de abates sanitários e outros que estão incluídos nas nossas estatísticas oficiais, eu penso que, neste momento, as estatísticas de 95 ou mesmo as de 96 ou 97, são mais favoráveis. A nossa tendência, como é evidente é para a diminuição do número de abates sanitários e para a diminuição do número de abates precoce. A tendência normal é adequar o número de abates aos abates reais para fins económicos e, desse ponto de vista, como eu disse aqui, o meu cálculo é que nalguns casos hajam aumentos na ordem dos 23%, noutras casos pode atingir uma valorização quase de 50%. É possível identificar as estatísticas e ver o que é que são abates sanitários e o que é que não são abates sanitários.

No que se refere às questões respeitantes à quota leiteira, é evidente que quando eu aqui digo que o compromisso assumido de que são aceites pela Comissão um regime que possibilita a reafecção de quotas de produtores não activos para produtores

activos, quando isso é feito no âmbito nacional, nós sabemos perfeitamente que nesse âmbito existem, por via do congelamento do mecanismo de transferência de quotas a nível nacional, quotas sub-aproveitadas a nível nacional.

Desse ponto de vista, estamos perante uma situação que concede margem de manobra para a reafectação. A posição do Governo Regional é de que, nesse âmbito, a Região Autónoma dos Açores deve ser contemplada.

É uma situação que temos vindo a expor e que do ponto de vista do levantamento documental está feito e foi comunicada atempadamente durante este processo negocial tendo sido dado conhecimento ao Ministério da Agricultura e ao Gabinete de Planeamento.

No que respeita ao futuro, é bom que se diga que é possível ainda, no curto ou mesmo no médio prazo, conceber, no âmbito deste mecanismo de reafectação, um crescimento da quota regional e desse ponto de vista, um melhor equilíbrio entre a produção real dos agricultores instalados e as quotas atribuídas. É um trabalho que tem vindo a ser feito no fecho de cada campanha. Já foi feito o ano passado e este ano vai voltar a ser feito.

A outra questão é a expectativa que poderíamos estar aqui a criar, erradamente, de que no longo prazo haverão sempre quotas, ou direitos a produzir de graça para toda a gente. Esta é uma situação que no longo prazo não existirá mais, porque a Região, felizmente, está a aumentar a sua produção de tal forma que, a breve trecho, poderá exceder a quota que lhe está atribuída.

É possível ainda, no curto e no médio prazo, continuar a acomodar, no âmbito da quota atribuída a nível nacional, algum crescimento para a produção regional. Contudo, não é possível, no longo prazo, porque os direitos atribuídos a Portugal vão atingir, mais que não seja pelo próprio crescimento, que foi um crescimento de 8% no ano de 97 e também de 8% em 98 e, neste primeiros meses do ano, posso dizer que o crescimento que se está a verificar é na ordem dos 10%.

Com ritmos de crescimento tão elevados como os que se estão a verificar, não é possível continuar a aumentar indefinidamente. Do ponto de vista do ordenamento da produção, eu penso que essa também é uma questão que importa clarificar.

Os objectivos definidos no Programa do Governo dizem, claramente que se deve reforçar a competitividade e a situação no sector leiteiro, mas também no sector de produção de carne.

Tem vindo a adoptar-se medidas no sector de produção de carne que possibilitam que quando se esgotar a margem de crescimento no sector leiteiro possa algum desse esforço ser dirigido para o sector da carne. Daí que em antecipação e em preparação desse crescimento, o Governo Regional tenha vindo a decidir investimentos que são estratégicos, nomeadamente aqueles que está a fazer na rede de abate, quee tenha avançado com o processo de certificação e que esteja a avançar com processos de melhoria da qualidade e de definição do produto.

No âmbito das questões gerais que aqui foram colocadas, gostaria de dizer que foram colocadas aqui questões de coesão económica e social. Colocar questões de coesão económica e social no âmbito de discussões de agricultura, do ponto de vista de conhecimento dos fóruns que ali se processam, é desadequado.

Fazer também a avaliação de que a participação do Governo Regional no âmbito destas negociações só vale alguma coisa se o Secretário da Agricultura conseguir que o "prémio A" tenha mais cinquenta centavos para os Açores, é o mesmo que dizer que Portugal não devia participar nisto, porque os prémios que está a receber são exactamente iguais aos dos produtores franceses ou alemães. Esta é uma posição derrotista, que não valoriza institucionalmente a Região e que faz — o que eu chamaria — uma contabilidadezinha do centavo. Esta não é a nossa a posição, nem poderá ser.

Presidente: Sr. Secretário Regional, informo que dispõe de mais um minuto.

O Orador: O que afirmei e que continuo a afirmar é que do ponto de vista institucional houve ganhos para a Região.

Do ponto de vista de influência e de sensibilização para as posições regionais, o seu reconhecimento e o seu enquadramento dentro das posições nacionais, verificou-se.

Se isso passa por num prémio ou num determinado objectivo ser acomodada também a parte regional, esta participação tem valor.

Se não conseguirmos neste caso trazer mais cinquenta centavos diferentes do produtor alemão, eu penso que isso não desmerece a nossa participação.

No que respeita à avaliação que eu fiz na televisão na comparação do II QCA e o III QCA, esta comparação é muito simples, ou seja, os objectivos financeiros para o II QCA no âmbito da Agricultura, eram de 23 milhões de contos. No âmbito da gestão então feita, à partida, transferiram-se obrigações de quase 6 milhões de contos do I para o II QCA. Assim, o valor que estava disponível para investimento nestes QCA não eram 23 milhões mas sim 23 menos 6 milhões, grosso modo.

Presidente: Sr. Secretário Regional, já esgotou o seu tempo.

O Orador: Se ainda somarmos outras coisas, eu gostaria de dizer que a comparação é uma comparação que tem toda a razão de ser.

Em termos de objectivos, os objectivos estão claramente definidos.

Nós vamos procurar trazer para este QCA mais do que vem para o II QCA.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Presidente: Srs. Deputados, atingida a hora regimental, vamos encerrar por hoje os nossos trabalhos e retomaremos amanhã, pelas 15.00 horas neste ponto.

Boa noite.

(Eram 20.05 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

José Humberto de Medeiros **Chaves**

Deputado Independente (*Indep.*)

Nuno Barata de **Almeida e Sousa**

VOTO DE CONFIANÇA

1 — Fui eleito Presidente do primeiro órgão de autonomia dos Açores na sequência de uma mudança no quadro parlamentar.

2 — Face a novas alterações, decidi evitar que o mais elevado cargo institucional da Região fosse alvo de dúvidas quanto à minha legitimidade.

3 — Os Deputados, ilustres representantes do povo dos Açores, devem apreciar o desempenho do Presidente da Assembleia Legislativa.

4 — É um acto pessoal que corresponde à minha convicção de estar na política. Faço-o, também, por respeito aos Açorianos e em nome da dignificação que o cargo exige.

5 — Assim, nos termos do nº. 2 do artigo 36º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores — Resolução nº. 24-A/98/A, de 4 de Novembro — solicito a este Parlamento a aprovação de um voto de confiança sobre a minha actuação.

Horta, 17 de Março de 1999.

O Presidente da Assembleia, *Humberto Trindade Borges de Melo*

—

A Redactora Principal: *Maria da Conceição Fraga Branco*